



ENERGIA

Até 22 mi de famílias terão luz subsidiada (Folha de SP) 17/12/09	3
País prevê US\$ 166 bi para cortar CO2 (Folha de SP) 17/12/09	3
PIB depende do Estado em 34% dos municípios (Folha de SP) 17/12/09	4
Procuradoria pede novas investigações (Folha de SP) 17/12/09.....	5
Distribuidora rejeita repasse de reajuste do gás boliviano (Folha de SP) 17/12/09	5
Bolsa Família (Folha de SP – Painel do Leitor) 17/12/09	6
Fisco multará por dedução incorreta no IR (Folha de SP) 17/12/09	6
Emprego formal sobe 5 vezes mais que média (Folha de SP) 17/12/09.....	7
Contratação de temporários deve subir 7% (Folha de SP) 17/12/09	8
Partilha dos recursos do pré-sal só sai em 2010 (Folha de SP) 17/12/09	8
Dedução do IR sem comprovação terá multa de 75% (O Estado de SP) 17/12/09.....	8
Criação de emprego bate recorde (O Estado de SP) 17/12/09	9
Obra da Usina de Belo Monte vai atrasar um ano (O Estado de SP) 17/12/09	10
Gás boliviano deve subir mais 7% (O Estado de SP) 17/12/09	10
Após quatro anos, Vale inicia obras de siderúrgica no Ceará (O Estado de SP) 17/12/09	11
Escritório era do fundo Amber, abatido pela crise (Valor Econômico) 17/12/09	12
Petrobras vai absorver impacto da alta no preço do gás boliviano (Valor Econômico) 17/12/09.....	12
Gasmig planeja duplicar área atendida em 2010 (Valor Econômico) 17/12/09.....	13
ONS e EPE querem reforçar segurança do sistema de transmissão de energia (Valor Econômico) 17/12/09	14
Energia eólica pode compensar atraso de Belo Monte (Valor Econômico) 17/12/09.....	15
Credores liberam empréstimo de R\$ 20 milhões para Infinity (Valor Econômico) 17/12/09.....	15
Demanda de energia deve aumentar acima de 7% (Valor Econômico) 17/12/09	15
Pré-sal reserva pesado investimento para a Bacia de Santos (Valor Econômico) 17/12/09	16
Energia renovável continua a ser um artigo de luxo no mundo (Valor Econômico) 17/12/09.....	18
Cadeia produtiva do setor é responsável por 30% do CO2 despejado na atmosfera (Valor Econômico) 17/12/09.....	19
Financiamento privado deve voltar em 2010 (Valor Econômico) 17/12/09	20
Governos locais ganham poder na concessão de licenças ambientais (Valor Econômico) 17/12/09	23
Mesmo com atrasos do PAC, perspectiva é de grandes obras (Valor Econômico) 17/12/09.....	24
Senado derruba indicação pemedebista à ANA (Valor Econômico) 17/12/09.....	25
Expansão da Gasmig (Valor Econômico) 17/12/09	26
Produção de riquezas na RMC é maior que a média nacional (Correio Popular) 17/12/09.....	26
Contratações comprovam o aquecimento da economia (Correio Popular) 17/12/09	27
PLANO VERÃO (Correio Popular – Caderno C/ Societá) 17/12/09.....	28
Conta de luz social será definida pela renda familiar (Estadão Online 20:16h) 16/12/09.....	28
Senado aprova 4 indicações para agências e rejeita 1 (Estadão Online 17:57h) 16/12/09	29
Divulgados novos índices de interrupção de energia (CanalEnergia) 16/12/09.....	29
PPS contesta no STF retomada de obras de Angra 3 (CanalEnergia) 16/12/09	29
AGU assegura licença de instalação de Jirau (CanalEnergia) 16/12/09	30
CPFL Energia vai investir R\$ 768 milhões em parques eólicos (CanalEnergia) 16/12/09.....	30
Celesc PNB encerra com baixa de 6,24% (CanalEnergia) 16/12/09.....	30
AES Tietê tem novo diretor de Financeiro e de RI (CanalEnergia) 16/12/09.....	31
Trabalhador poderá investir em fundo de infraestrutura do FGTS (CanalEnergia) 16/12/09	31

Reservatórios do Norte atingem 52,5% do volume armazenado (CanalEnergia) 16/12/09.....	31
Lula prepara tática que será adotada em Copenhague (CanalEnergia) 16/12/09.....	32
Brasil e Peru querem acordo sobre hidrelétricas em 60 dias (CanalEnergia) 16/12/09.....	32
CCC e CDE: transmissoras pagam R\$ 47 milhões referentes a outubro (CanalEnergia) 16/12/09.....	32
Aberta chamada pública para compra de energia da CGTEE (CanalEnergia) 16/12/09.....	33
Light ON opera em queda de 1,20% (CanalEnergia) 16/12/09.....	33
Aneel fixa quota anual da CDE em R\$ 2,960 bilhões para 2010 (CanalEnergia) 16/12/09.....	34
CCEE conclui liquidação financeira do MCP de outubro (CanalEnergia) 16/12/09.....	34
Copel aprova programa de investimentos de R\$ 1,342 bilhão para 2010 (CanalEnergia) 16/12/09.....	34
Lobão e Chipp falam sobre apagão na Câmara dos Deputados (CanalEnergia) 16/12/09.....	34
Aneel mantém multa a duas geradoras (CanalEnergia) 16/12/09.....	35
Pro Teste: conta de luz pré-paga prejudica consumidor (CanalEnergia) 16/12/09.....	35

SINDICAL

Em Copenhague (CUT Nacional) 16/12/09.....	36
Painel internacional da Confecom (CUT Nacional) 16/12/09.....	37
Convenção 156 da OIT (CUT Nacional) 16/12/09.....	38
Mudanças climáticas (CUT Nacional) 16/12/09.....	38
Receitas do velho imperialismo (CUT Nacional) 16/12/09.....	39
Proposta patronal (CUT Nacional) 16/12/09.....	41
Nesta quinta (17) (CUT Nacional) 16/12/09.....	41
Crise? (CUT Nacional) 16/12/09.....	42
Sorocaba (CUT Nacional) 16/12/09.....	42
Sindicalismo ou jornalismo domado? (CUT Nacional) 16/12/09.....	43

ENERGIA

Até 22 mi de famílias terão luz subsidiada (Folha de SP) 17/12/09

Câmara aprova projeto que permite descontos de luz para família com renda per capita de até meio salário mínimo

Texto, aprovado com o apoio da oposição, será sancionado por Lula e deve custar ao Tesouro cerca de R\$ 300 milhões por ano

RANIER BRAGON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei que estabelece descontos na conta de luz para famílias que tenham renda per capita de até meio salário mínimo, o que pode elevar dos atuais 14 milhões para cerca de 22 milhões o número de famílias que hoje estão aptas a receber o benefício.

Hoje os 11,9 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família já têm direito a descontos, mas esse universo está restrito às que tenham renda per capita de até R\$ 140. Pelo projeto, a redução de tarifa valerá para aquelas com renda familiar per capita de até R\$ 232,50 -ou de R\$ 250 no ano que vem.

O texto, aprovado com apoio da oposição, vai agora para sanção do presidente Lula. Sua tramitação se encerra a nove meses das eleições de outubro de 2010, apesar de sua versão inicial ter sido apresentada em 1999 pelo hoje prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM).

Durante os dez anos de tramitação, o projeto passou por várias alterações, tendo sido relatado ontem pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

O texto modifica a lei que trata da "Tarifa Social de Energia" e prevê que as famílias que se enquadrarem no critério de renda terão descontos de 65% na tarifa -para consumo mensal de até 30 kWh- a 10% -para consumo entre 101 kWh e 220 kWh-, além de isenção total de PIS/Pasep e de Cofins cobrado nas contas.

Segundo Zarattini, a renúncia do governo na arrecadação desses tributos está calculada em R\$ 300 milhões ao ano.

As famílias que se enquadrem nas regras precisarão, caso o projeto seja sancionado e entre em vigor, procurar as prefeituras para se inscrever no cadastro único dos programas sociais do governo -ou o Ministério do Desenvolvimento Social caso a prefeitura não efetue o cadastro. Após isso, receberão um código com o qual solicitarão o desconto nas concessionárias de energia.

O projeto prevê que a inclusão de novos beneficiários só deverá ocorrer após seis meses da entrada em vigor da lei. Hoje aqueles que apresentem consumo médio mensal de até 80 kWh têm descontos na tarifa que podem chegar a 65%, independentemente de serem de baixa renda.

Com isso, dizem os defensores da proposta aprovada ontem, são beneficiados consumidores de classe média que possuem casas de veraneio, por exemplo. "Eu, que moro em um flat aqui em Brasília, posso ser beneficiado, o que é um tremendo absurdo", disse o relator do projeto.

Pelo projeto, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) definirá os procedimentos para, em um prazo de dois anos, excluir do rol dos beneficiários os consumidores que não se enquadrem no limite de até meio salário mínimo de renda familiar per capita.

O projeto também beneficia famílias com renda superior, mas que tenham integrantes com doenças "cujo tratamento necessite do uso continuado de aparelhos e equipamentos elétricos". Há também a redução da tarifa a zero para famílias indígenas e quilombolas inscritas nos programas sociais do governo que tenham consumo de até 50 kWh/mês. De acordo com Zarattini, o projeto foi negociado com os ministérios do Desenvolvimento Social, de Minas e Energia e com a Casa Civil. Segundo ele, o presidente Lula deve sancioná-lo sem vetos.

COPENHAGUE 2009

País prevê US\$ 166 bi para cortar CO2 (Folha de SP) 17/12/09

Conta apresentada por Dilma Rousseff não inclui gastos para reduzir desmatamento no cerrado

Parcela menos cara do plano é a que envolve diminuir o desmate na Amazônia; peso maior cabe a obras de porte, como hidrelétricas

DOS ENVIADOS ESPECIAIS A COPENHAGUE

Sem contar os gastos com a redução do ritmo do desmatamento do cerrado, o governo estima em US\$ 166 bilhões o custo, em dez anos, para cortar as emissões de gases-estufa no Brasil entre 36% e 39% do volume estimado para 2020.

O custo aproximado para tirar do papel as metas propostas em novembro, anunciado ontem, equivale a apenas um ano do financiamento necessário para combater a mudança climática no mundo, o qual deve vir de um fundo global. O Brasil apoia o fundo e o vê como único resultado viável da conferência do clima em Copenhague.

O número foi apresentado pela ministra Dilma Rousseff. Ela insistiu que o Brasil espera contar com financiamento externo para reduzir as emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global.

Conta salgada

As metas consumiriam, por ano, mais da metade do dinheiro arrecadado com impostos e destinados aos investimentos públicos, caso tivessem de ser bancadas com o Orçamento da União. Atualmente, a conta das ações de mitigação é paga com dinheiro público, de linhas de financiamento oficiais, e a participação da iniciativa privada. "A gente quer linha de financiamento, recursos internacionais", defendeu a ministra.

Na contabilidade apresentada ontem, o maior peso -quase 80%- recai sobre a construção de usinas hidrelétricas, estímulo ao uso de biocombustíveis e medidas de eficiência energética. A área de energia responde por menos da quinta parte da meta de corte das emissões brasileiras em cerca de 1 bilhão de toneladas de gases de efeito estufa até 2020.

A parcela menos cara das metas do governo é, paradoxalmente, a que contribui com a maior parcela de redução das emissões. O governo prevê que a redução em 80% do desmatamento da Amazônia exigirá investimentos de US\$ 21 bilhões ao longo de dez anos.

A recuperação de pastagens degradadas e demais medidas na área de agricultura consumiriam pouco mais de US\$ 32 bilhões, disse a ministra. "São números provisórios, indicativos", disse Dilma Rousseff. Os dados foram submetidos ao presidente na primeira reunião depois da chegada de Lula a Copenhague. "E ainda falta o cerrado", insistiu.

É para conter o desmatamento do cerrado que o governo espera ver destinada boa parte dos investimentos em Redd (redução de emissões por desmatamento e degradação), mecanismo cujas regras são discutidas na conferência do clima. Na região, os proprietários rurais têm direito, por lei, a desmatar até 80% de suas terras, daí a necessidade maior de estímulos financeiros.

Três dias depois de ter sido questionada sobre o financiamento de R\$ 1 bilhão para a construção de uma usina térmica a carvão no Maranhão, do empresário Eike Batista, a ministra continuou sem resposta sobre a conveniência do investimento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). "Não tive tempo de olhar em que contexto foi concedido esse financiamento", disse ontem.

As térmicas a carvão representam a forma mais poluente de geração de energia. Ao ser questionada novamente ontem, Dilma voltou a cobrar pressa na liberação de licenças ambientais a usinas hidrelétricas. (MARTA SALOMON, CLAUDIO ANGELO E LUCIANA COELHO)

PIB depende do Estado em 34% dos municípios (Folha de SP) 17/12/09

Dados do PIB dos Municípios do IBGE são relativos a 2007 e foram divulgados ontem

Levantamento confirma a tendência de concentração econômica, com cinco cidades responsáveis por 25% da economia do país

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

O PIB brasileiro cresce, diversifica-se, fica mais voltado para o setor de serviços e menos para indústria e agropecuária - tendências já vividas pelo mundo desenvolvido-, mas persiste no país uma enorme dependência do Estado.

Os investimentos e os gastos com a máquina e a produção em saúde, educação e outras áreas típicas de governos das três esferas de poder correspondem a pouco mais de um terço (34%) do PIB de 33,8% das cidades do país, que simplesmente não se sustentariam sozinhas sem a presença do Estado.

Tal realidade surge dos dados do PIB dos Municípios referente a 2007, divulgados ontem pelo IBGE. Eles confirmam um retrato antigo de concentração econômica: apenas cinco cidades abocanham 25% da economia do país. As 50 cidades de maior PIB produzem metade de todas as riquezas do país.

Pelos dados do IBGE, entre os 5.564 municípios do país, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR) eram, nessa ordem, os de maior PIB. Respondiam, juntos, por um quarto da economia.

A concentração também se dá nas capitais, que geravam 34,4% do PIB em 2007. Outro dado: a maior parcela das economias de cada um dos Estados estava concentrada em cinco de seus municípios. Exceto em Santa Catarina, o PIB da capital era o mais importante.

Com esse quadro, o IBGE diz que o PIB do país mantém uma trajetória de concentração estável, que pouco se alterou nos últimos anos.

Parte dessa tendência se explica pelo avanço do setor de serviços, mais concentrado nas capitais e cujo peso no PIB só fez crescer nos últimos anos, segundo o IBGE. Em quase todas as capitais, o setor corresponde a mais de 70% do PIB. Ou seja, em 2009, quando os serviços reagiram à crise, há a possibilidade de ampliação do cenário de concentração.

Segundo Sheila Zani, gerente do PIB dos Municípios, a expectativa para os próximos anos é de migração de atividades de serviços -especialmente do setor financeiro e do comércio- para cidades distantes das capitais. "Isso já começa a ocorrer em algumas cidades."

Ela cita Osasco (SP), Jundiá (SP), Paranaguá (PR) e Itajaí (SC), cujo PIB cresce de modo acelerado e avança em participação na economia graças à expansão dos serviços.

Ainda assim, Zani avalia como exagerada a dependência do Estado em muitas cidades. Tal situação ocorre mais em municípios menores e do Norte e Nordeste, principalmente no Piauí, na Paraíba, no Acre, em Rondônia, em Roraima, no Amapá e no Tocantins.

O maior peso da administração pública, porém, é o de Brasília -48,3% do PIB. Em Boa Vista e em Macapá, o percentual está em torno de 40%.

PIB per capita

São Francisco do Conde (BA) tinha o maior PIB per capita, e Jacareacanga (PA), o menor -R\$ 239.506 e R\$ 1.566, respectivamente.

Vitória (ES) liderava o ranking das capitais e Teresina (PI) estava na lanterna -com PIB per capita de R\$ 60.592 e R\$ 8.341, respectivamente.

Em geral, os maiores PIBs per capita estavam em cidades focadas em refino ou produção de petróleo, geração de energia hidrelétrica, petroquímica ou fabricação de veículos.

Em comum, tinham população relativamente pequena, associada à presença de uma grande indústria. "É muita produção concentrada para pouca população", diz Zani.

Procuradoria pede novas investigações (Folha de SP) 17/12/09

DA REPORTAGEM LOCAL

A Procuradoria da República em São Paulo pediu a outros órgãos do Ministério Público a abertura de novas investigações sobre supostos acordos entre a construtora Camargo Corrêa e outras empresas para fraudar licitações e superfaturar contratos de 14 obras no país.

Os pedidos se baseiam em laudos do Instituto Nacional de Criminalística produzidos na Operação Castelo de Areia da PF.

Em São Paulo, foram apontadas suspeitas nas obras na calha do rio Tietê, na Refinaria do Vale do Paraíba, na Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba e na Usina Termoelétrica da Petrobras, em Cubatão.

Também constam os metrô de Brasília, Rio, Salvador e Fortaleza; duas refinarias no Paraná e uma em Pernambuco; o aeroporto de Vitória, o atracadouro de Alcântara (MA) e a BR-101.

Celso Vilardi, advogado da construtora, disse que não teve acesso aos documentos e que a divulgação das suspeitas é uma "temeridade". (FLÁVIO FERREIRA)

Distribuidora rejeita repasse de reajuste do gás boliviano (Folha de SP) 17/12/09

Aumento de preço foi negociado entre as administrações Lula e Evo Morales

Independentemente do acordo, gás boliviano deve subir 6,5% em janeiro, mas Petrobras não deve repassar aumento para distribuidoras

AGNALDO BRITO

DA REPORTAGEM LOCAL

A Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado) informou ontem que "nem cogita" ter a tarifa de gás natural boliviano reajustada devido ao novo acordo entre a Petrobras e a YPF, estatal do país andino. Segundo a entidade, o aumento do custo na importação do insumo não deve ser pago pelos consumidores de gás natural.

Ela avalia que a Petrobras não tem como argumentar que está pagando mais pelo insumo importado após a assinatura do termo aditivo ao contrato. Até hoje, a estatal não pagava esse prêmio, que foi incluído como parte de negociação política entre os governos Lula e Morales.

O gás natural importado da Bolívia não tem em sua composição apenas metano, molécula que forma a maior parte do gás importado pelo Brasil. O insumo contém outras frações, como propano e butano (moléculas usadas como gás de cozinha), além de gasolina natural.

Esses componentes, apesar de estarem contidos no gás exportado pela Bolívia, não tinham uma tarifação especial.

Para aproveitar esses líquidos, a Petrobras construiu uma unidade de processamento de gás natural a partir da qual separa esses componentes da molécula de metano que é entregue às distribuidoras para ser comercializado com indústria, comércio, postos de GNV e residências. As demais frações são negociadas em mercados como o de GLP. A Abegás defende que os consumidores do insumo utilizam o gás natural já processado, sem as frações líquidas que justificaram a negociação para o desembolso de mais US\$ 1,2 bilhão para a Bolívia até 2019. Se houver necessidade de repasse, defende que seja aplicado esse sobrecusto nos mercados que são atendidos por essas frações mais nobres do gás natural.

Aumento de preço

O preço do gás boliviano comprado pela Petrobras deverá ser reajustado em janeiro.

Segundo cálculos preliminares de técnicos do governo, o aumento poderá ser de aproximadamente 6,5%. A Petrobras deverá arcar com o custo, sem repasse para as distribuidoras.

Esse aumento não está relacionado com as negociações entre os governos brasileiro e boliviano. O reajuste de janeiro é contratual e acontece a cada três meses. Com base em uma cesta de cotações de derivados de petróleo e na taxa de câmbio, o preço do gás varia. O governo brasileiro avalia que a alta poderá ser absorvida sem problemas pela Petrobras por conta da valorização do real, o que diminui o peso do reajuste no mercado interno.

Colaborou HUMBERTO MEDINA , da Sucursal de Brasília

Bolsa Família (Folha de SP – Painel do Leitor) 17/12/09

"Ao contrário do que afirma o editorial "Bolsa Gás" (Opinião, ontem), o Bolsa Família tem ampliado, a cada levantamento, o acompanhamento das contrapartidas (educação e saúde) exigidas.

Na educação, nos últimos dois anos, o índice de crianças monitoradas pelo sistema de frequência escolar passou de 69,8% para 85,2%. Na saúde, subiu de 41,8% para 63,1%.

Pesquisas constatam ainda que as crianças e os adolescentes atendidos pelo programa de transferência de renda permanecem por mais tempo na escola."

JOÃO LUIZ MENDES , assessoria de imprensa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasília, DF)

Nota da Redação - O governo parece gabar-se de sua própria incúria: cinco anos depois de instituído, o Bolsa Família, oficialmente, ainda deixa de monitorar 15% das crianças na educação e 37% dos beneficiários na saúde.

Fisco multará por dedução incorreta no IR (Folha de SP) 17/12/09

Contribuinte que não conseguir comprovar despesa usada como abatimento pagará multa de 75% sobre o valor restituído indevidamente

Se ficar comprovada fraude, punição é dobrada; pelas regras atuais, quem tem incongruências no IR apenas devolve valor recebido a mais

EDUARDO RODRIGUES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Para tentar coibir fraudes na declaração do Imposto de Renda que dificilmente conseguem ser comprovadas e punidas, a Receita Federal vai aplicar automaticamente a partir de 2010 uma multa sobre todos os contribuintes com direito a restituição que não apresentarem corretamente a documentação sobre as deduções da base de cálculo do tributo. De acordo com a medida provisória nº 472, editada ontem, a cobrança será de 75% sobre o valor restituído indevidamente. Até agora, os contribuintes cujas declarações apresentavam incongruências apenas eram obrigados a devolver as quantias recebidas a mais.

Por exemplo: uma pessoa que declarar em 2010 gastos de R\$ 2.000 por um tratamento odontológico feito em 2009 e receber, por conta disso, R\$ 550 a mais de restituição, mas não apresentar os recibos do dentista, será obrigada a devolver aquela quantia e ainda pagar R\$ 412,50 de multa.

Sempre que existem discrepâncias, por exemplo, entre o que o contribuinte declarou e o valor que o dentista em questão informou, a Receita Federal realiza uma investigação e requer documentos.

"Antes, o processo apenas gerava restituição menor, mas agora haverá uma punição. Isso aumentará a percepção de risco para os fraudadores", disse o subsecretário de Fiscalização, Marcos Vinícius Neder.

No entanto, a medida irá punir principalmente eventuais erros e descuidos nas declarações por parte dos contribuintes. Se houver a comprovação de fraude, o que segundo Neder atualmente só ocorre em cerca de 5% dos casos, a punição será dobrada. Ou seja, apenas a multa chegaria a R\$ 825 no caso hipotético descrito.

Atualmente, somente os contribuintes que ainda tenham imposto a pagar após a entrega da declaração estão sujeitos à punição. "Agora vamos dar tratamento igual para todos."

Paraísos fiscais

Além de apertar o procedimento em relação às pessoas, a Receita também aumentará o rigor com as empresas que não comprovarem o direito a compensação de créditos tributários. Além do recolhimento do imposto devido corrigido pela Selic, a partir de agora as empresas também vão ter de pagar multa de 75% sobre o valor compensado indevidamente. O pacote de endurecimento de regras da Receita também inclui novas barreiras para impedir a transferência, para paraísos fiscais, de lucros corporativos disfarçados como despesas de empréstimo. Para isso, foram criados limites para a dedução dessas remessas como gastos com juros.

Segundo Neder, apesar de o capital de investimento não ser tributado no país, geralmente empresas multinacionais optam por receber recursos de suas subsidiárias no exterior a título de empréstimo e remetem juros como pagamento, gerando despesas que, abatidas do lucro, resultam em tributação menor.

Agora as deduções estarão sujeitas a um limite de endividamento equivalente a duas vezes o patrimônio líquido da empresa no país, mas, se as subsidiárias forem registradas em um paraíso fiscal, o limite cai para apenas 30% do patrimônio. "Acima disso, as empresas vão continuar autorizadas a remeter valores, mas não poderão descontá-los." Além disso, para evitar o uso de "empresas de fachada" para criar despesas inexistentes, os pagamentos de serviços prestados por fornecedores situados em países de baixa tributação só serão considerados para efeito compensatório mediante a apresentação de documentação que prove a existência das companhias.

A medida provisória também inclui a ampliação, até 2014, das isenções de impostos para a fabricação de computadores e componentes e os estímulos fiscais à cadeia aeronáutica.

Emprego formal sobe 5 vezes mais que média (Folha de SP) 17/12/09

Em novembro, mês tradicionalmente fraco para o mercado, foram criadas 247 mil vagas formais, número recorde para o período

Saldo no ano chega a 1,41 mi de contratações; governo espera que, com cortes em dezembro, 2009 feche com até 1,2 mi de novas vagas

JULIANNA SOFIA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em um movimento atípico do mercado de trabalho, as contratações com carteira assinada exibiram vigor em novembro, e o saldo de empregos formais gerados no mês atingiu 246.695 postos. O resultado é recorde para o período e corresponde a cinco vezes mais que a média de vagas criadas em novembro nos últimos cinco anos.

Tradicionalmente, o último trimestre do ano é caracterizado por fraco desempenho do mercado de trabalho formal, com perda de vagas em dezembro. No ano passado, com a chegada da crise mundial ao Brasil, houve o fechamento de 40.821 postos em novembro.

Com os empregos gerados no mês passado, o saldo de contratações acumulado neste ano alcançou 1,410 milhão de postos de trabalho. Na avaliação do Ministério do Trabalho, esse número deverá cair para entre 1,150 milhão e 1,2 milhão neste mês devido às já esperadas demissões de dezembro.

"Esperamos de 220 mil a 260 mil demissões neste mês. Será o melhor dezembro da história. Não que demissão seja algo bom, mas será o menor resultado negativo dos últimos anos", disse o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. A média histórica de perda de vagas em dezembro é de 300 mil postos. No ano passado, a crise provocou o fechamento de 655 mil vagas em dezembro.

Os dados divulgados ontem fazem parte do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que é divulgado mensalmente pelo Ministério do Trabalho desde 1992. O cadastro registra todas as demissões e as contratações realizadas pelas empresas. Não entram na base de dados as contratações temporárias, de trabalhadores domésticos e de servidores públicos.

A projeção do ministro para 2009 diverge dos números anunciados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada, que indicavam a geração de 1,3 milhão de vagas formais neste ano.

Lupi afirmou que os dados divulgados pelo presidente vão além das informações contabilizadas no Caged. Incluem os registros da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), que é uma base de dados mais ampla porque contém contratados temporários e funcionários públicos. "Acredito que a Rais mostrará até mais que 1,3 milhão de empregos", disse Lupi, acrescentando que esses números só serão consolidados e divulgados em meados do ano que vem.

Só agricultura perde

No mês passado, todos os setores apresentaram saldo positivo de vagas, exceto a agricultura. O setor perdeu 16.628 empregos por conta da entressafra de várias culturas. Houve desempenho negativo nos cultivos de cana-de-açúcar e de uva em vários Estados das regiões Sudeste e Nordeste.

Quatro setores foram recordistas em contratações: comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil. As empresas do comércio foram responsáveis pela maior abertura de postos de trabalho no mês. Foram 116.571 vagas criadas, resultado 17% acima do recorde anterior, verificado em 2007. No acumulado do ano, o setor de serviços ainda lidera as contratações, com 568.259 postos de janeiro a novembro.

Contratação de temporários deve subir 7% (Folha de SP) 17/12/09

DA REPORTAGEM LOCAL

A contratação de temporários neste final de ano deve chegar a 123 mil trabalhadores -número 7% maior do que o registrado em 2008, segundo prevê a Asserttem (associação brasileira das empresas de serviços terceirizados e de trabalho temporário).

A oferta maior de crédito, a redução dos juros e a retomada da confiança do consumidor já têm impacto no aumento das vendas e, por consequência, nas vagas temporárias, segundo avaliam especialistas.

Os setores de confecções, eletrodomésticos e automóveis terão destaque nas 123 mil contratações, impulsionados pela redução do IPI. Desse total, 17% devem ser efetivados, na estimativa da Asserttem.

A contratação de temporários ainda está ocorrendo em alguns supermercados. O Carrefour, por exemplo, encerrou na segunda as inscrições para 2.450 vagas temporárias abertas no país. (CR)

Partilha dos recursos do pré-sal só sai em 2010 (Folha de SP) 17/12/09

Acordo foi fechado ontem pelos líderes e o governo

LEILA COIMBRA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A conclusão da votação do marco regulatório para a exploração do petróleo na região do pré-sal na Câmara dos Deputados ficou para fevereiro de 2010, apesar dos esforços do governo para que a sua aprovação ocorresse ainda este ano.

O Palácio do Planalto foi obrigado a fechar acordo com os líderes dos partidos e adiar a votação sob o risco de ver fracassar a proposta costurada nas últimas semanas em torno da distribuição dos recursos gerados na exploração de petróleo.

O líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RJ), disse que na primeira quinzena de fevereiro os deputados devem concluir não só a votação do projeto que trata da exploração e da produção de petróleo sob o regime de partilha e da distribuição dos royalties como também votar as propostas que tratam da capitalização da Petrobras e da criação do Fundo Social.

Fontana informou que, pelo acordo firmado, a oposição se compromete a não obstruir as votações dos projetos do pré-sal. No entanto, o líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), disse que, no caso da votação do recurso ao projeto sobre a partilha, a oposição vai usar os instrumentos regimentais para tentar aprovar a proposta que possibilita a votação da emenda dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG), que altera as regras de distribuição dos royalties.

Segundo a liderança governista, até fevereiro será procurado um caminho para fechar um acordo para que a emenda Ibsen e Souto não prospere.

Dedução do IR sem comprovação terá multa de 75% (O Estado de SP) 17/12/09

Receita lança pacote de medidas para combater a 'indústria de restituição' e aperta o cerco a sonegadores

Adriana Fernandes e Fabio Graner, BRASÍLIA

A Receita Federal anunciou ontem um pacote de medidas com o objetivo de fechar brechas usadas pelas pessoas físicas e empresas para pagar menos imposto. A prática, conhecida como planejamento tributário, alastrou-se ainda mais pelo País depois do agravamento da crise financeira, no ano passado, ajudando a derrubar a arrecadação do governo.

Dois alvos principais do pacote são a chamada "indústria da restituição" do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e as compensações de créditos tributários feitas automaticamente pelas empresas.

O pacote foi incluído na Medida Provisória (MP) 472, publicada ontem no Diário Oficial da União, que trata das medidas pró-investimento anunciadas na semana passada.

Apelidada de "jumbão", a MP, com 61 artigos, aperta o cerco também às empresas que operam em paraísos fiscais e cria uma taxa de fiscalização para a área de seguros, o que deve encarecer os produtos do setor.

Pela MP, a pessoa que, a partir de 2010, fizer deduções (como despesas médicas) falsas ou sem comprovação vai pagar multa de 75% da parte da restituição que o contribuinte receberia a mais com as deduções irregulares. Mas, se a Receita conseguir provar que houve má-fé, a multa sobe para 150%.

O objetivo é elevar o risco para o contribuinte que sonega IR para ter restituição maior. Hoje, não há nenhuma pena para quem for pego na malha fina com imposto a restituir, o que incentiva a sonegação, numa típica prática "se colar, colou", conforme explicou o subsecretário de Fiscalização da Receita, Marcos Neder.

Segundo o secretário, nos últimos anos tem aumentado esse tipo de fraude. "Há pessoas e escritórios se especializando em gerar restituição para o contribuinte", disse. Ele explicou que a medida só vale para compensações futuras. "Não é para pegar coisas do passado."

A Receita também apertou o cerco às empresas que fizeram pedidos fictícios de compensação de créditos tributários. Esse instrumento foi muito utilizado no ano passado e neste ano pelas empresas, o que reduziu a arrecadação e ganhou destaque com a notícia de que a Petrobrás chegou a fazer uma compensação de R\$ 4 bilhões para engordar seu caixa.

Segundo Neder, as empresas que fizeram compensação de crédito não comprovado vão pagar multa de 75% sobre o valor creditado. Por meio de declaração específica (PER/DCOMP), as empresas com crédito na Receita podem pagar automaticamente os tributos fazendo a compensação.

O problema é que muitas empresas têm feito compensações se valendo de créditos que não existem. Até agora, as empresas apanhadas pela fiscalização pagavam apenas a correção do valor acrescido da taxa Selic e de uma multa de mora de 20%.

O combate ao "planejamento tributário" foi intensificado pelo atual secretário da Receita Federal, Otacílio Cartaxo. A determinação partiu do ministro da Fazenda, Guido Mantega, depois de um período de crise vivida pela Receita que culminou com a demissão da ex-secretária Lina Maria Vieira.

Criação de emprego bate recorde (O Estado de SP) 17/12/09

O Brasil criou 246,7 mil vagas com carteira assinada, um número recorde para o mês de novembro

Renata Veríssimo, BRASÍLIA

A economia brasileira criou 246,7 mil vagas com carteira assinada em novembro, um recorde para o mês. Com isso, subiu para 1,41 milhão o número líquido de vagas formais abertas no período de janeiro a novembro. Esse total ainda é 33% menor que o do mesmo período de 2008, quando foram abertos 2,1 milhões de vagas, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, previu que o País deverá terminar este ano com a criação de quase 1,2 milhão de empregos formais. Isso porque, segundo ele, em dezembro, mês em que normalmente as empresas mais demitem do que contratam, deverão ser fechadas entre 200mil e 250 mil postos de trabalho. Para Lupi, esse será um dado positivo.

"Vai ser o menor índice de demissões temporárias do governo Lula. Eu me arrisco a dizer que vamos ter o melhor dezembro para o comércio, o melhor em vendas, e o melhor Natal do governo Lula por causa do aquecimento da economia", afirmou Lupi.

O saldo de empregos em novembro surpreendeu o ministério porque normalmente nesta época do ano já há uma desaceleração das contratações, sobretudo na indústria. A média de criação de postos de trabalhos dos meses de novembro entre 2003 e 2008 foi de 40,6 mil vagas. Além de ter superado em seis vezes essa média, o resultado de novembro foi o segundo melhor deste ano, superado apenas pelo mês de setembro, quando foram abertos 252,6 mil empregos formais.

O comércio foi o setor que mais empregou no mês passado, com 116,5 mil novos postos de trabalho. O setor de serviços contratou 87, 2 mil empregados; a indústria de transformação, 39,6 mil; e a construção civil, 17,8 mil postos.

Lupi previu que as contratações na construção civil devem continuar crescendo em dezembro, janeiro e fevereiro para atender à demanda por habitações dentro do programa "Minha Casa, Minha Vida".

A agropecuária foi um único setor que demitiu mais do que contratou em novembro, em razão da entressafra. Houve o fechamento de 16,6 mil vagas no campo. Por causa disso, o Centro-Oeste foi a única região a perder empregos (991 postos). Nas demais regiões, o saldo foi recorde para novembro. O Sudeste liderou, com a criação de 124,4 mil empregos formais, com destaque para São Paulo que foi responsável por mais da metade destas vagas.

Em novembro também ocorreu o menor número de demissões neste ano, o que indica, segundo Lupi, estabilidade dos empregados. Pelos dados do Caged, foram admitidos 1,413 milhão e demitidos 1,166 milhão de trabalhadores.

Obra da Usina de Belo Monte vai atrasar um ano (O Estado de SP) 17/12/09

Ministro Lobão diz que atraso decorre da demora do Ibama de conceder o licenciamento ambiental

Leonardo Goy, BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse ontem que a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), deverá atrasar um ano por conta da demora do licenciamento ambiental. "Esperávamos obter a licença há algumas semanas. Como isso não aconteceu, vamos atrasar um ano a construção dessa usina, que é uma espécie de joia da coroa do sistema elétrico", disse Lobão.

Com a previsão de atraso, os primeiros megawatts de Belo Monte só deverão entrar no sistema em 2015 e não em 2014, como estava previsto. Quando estiver concluída, a usina terá capacidade de gerar 11,2 mil megawatts (MW).

No melhor cenário, o próprio Ibama estima que a licença prévia de Belo Monte - sem a qual não é possível leiloar a concessão do projeto - seja liberada no início de 2010.

Essa licença já provocou atritos entre órgãos do governo. Há algumas semanas, alegando pressões para liberar a licença, dois importantes funcionários do Ibama pediram exoneração do cargo: o ex-diretor de Licenciamento Sebastião Custódio Pires e o ex-coordenador de Infraestrutura de Energia Leozildo Tabajara da Silva Benjamin.

ALTERNATIVAS

Em audiência pública, ontem, na Câmara, Lobão reforçou que o atraso em hidrelétricas como a de Belo Monte obriga o governo a recorrer a alternativas "seguramente mais caras e poluentes".

Entretanto, ao ser perguntado se usinas termoelétricas deverão ser usadas para compensar o atraso da hidrelétrica, Lobão disse que o governo vai procurar outras saídas, como as centrais eólicas.

"Temos outras alternativas, como as eólicas. Fizemos na segunda-feira o leilão de centrais que vão entrar no sistema mais rapidamente que Belo Monte", disse o ministro.

Na segunda-feira, o leilão de energia eólica promovido pelo governo negociou 1,8 mil megawatts de potência que começarão a ser gerados em 2012.

Lobão também indicou que o atraso da licença de Belo Monte poderia ainda ser compensado por uma eventual aceleração do cronograma de obras por parte do consórcio que vier a arrematar a usina.

Procurada para comentar as declarações de Lobão, a Assessoria de Imprensa do Ibama não se manifestou. Além da questão da liberação da licença em si, o projeto de Belo Monte sofre forte oposição por parte das comunidades indígenas que vivem na região.

Recentemente, até o cantor britânico Sting, que há muito defende os índios do Xingu, fez ressalvas ao projeto da hidrelétrica. "Temos toda a consideração pelos índios, que têm 13% de todo o território brasileiro. Isso demonstra o apreço e respeito que a nação tem pelos seus índios", disse Lobão.

Gás boliviano deve subir mais 7% (O Estado de SP) 17/12/09

Desta vez, trata-se de correção prevista em contrato

Leonardo Goy e Nicola Pamplona, BRASÍLIA e RIO

Além do pagamento adicional pelas chamadas "frações líquidas" do gás boliviano, acertada esta semana entre a Petrobrás e a estatal local YPFB, o preço do produto deve subir de novo no início de 2010. Desta vez, trata-se da correção trimestral, prevista em contrato, que acompanha as cotações internacionais do petróleo. Segundo uma fonte do governo, a alta deve ficar em 7%.

Se confirmada, será a segunda alta seguida, depois de três trimestres de queda por causa do recuo do preço do petróleo. Atualmente, diz a fonte, a Petrobrás paga US\$ 7 por milhão de BTU (unidade de poder calorífico) do gás da Bolívia. O valor é superior à cotação americana do gás, em torno dos US\$ 5,50.

Diferentemente do acordo assinado na segunda-feira, os reajustes trimestrais são repassados ao consumidor. Procurada pelo Estado, a Petrobrás manteve a determinação de não comentar o acordo com a YPFB. Um novo aditivo deve ser assinado hoje, garantindo à Bolívia pelo menos US\$ 100 milhões por ano pelas frações líquidas do gás. Em todo tempo de vigência do contrato, o valor supera US\$ 1,2 bilhão.

Segundo especialistas, a Petrobrás terá de assumir o prejuízo, caso mantenha a promessa de não repassar a alta ao consumidor. A empresa não tem instalações ao longo do Gasoduto Bolívia-Brasil para separar propano, butano e outras frações do gás. E, mesmo pagando mais, a Petrobrás deverá manter baixos volumes de importação da Bolívia em 2010 - até setembro, as importações foram, em média, de 22,52 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

"Dado que os reservatórios (das hidrelétricas) estão cheios, vamos continuar importando o mínimo", avalia Sylvie D'Apote, sócia da consultoria Gas Energy. Ela estima que há hoje capacidade excedente de 40 milhões de m³ de gás por dia no Brasil.

Após quatro anos, Vale inicia obras de siderúrgica no Ceará (O Estado de SP) **17/12/09**

Usina, em parceria com a coreana Dongkuk, tem investimento estimado em US\$ 4 bilhões

Mônica Ciarelli, RIO

Prometida desde o final de 2005, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) começou ontem a sair do papel, com o início das obras no município de São Gonçalo do Amarante, no Ceará. O projeto, que passou por reviravoltas com mudanças de sócios e de tecnologia, está orçado em US\$ 4 bilhões pela mineradora Vale e sua parceira, a siderúrgica sul-coreana Dongkuk.

O cronograma prevê a entrada em operação da CSP em 2013, com produção estimada em três milhões de toneladas de placas de aço por ano na primeira fase. Em uma segunda etapa, a usina permite a ampliação para seis milhões de toneladas. Além de placas de aço, a siderúrgica produzirá energia elétrica para consumo próprio, sendo que o excedente será disponibilizado ao mercado nacional.

O projeto sempre teve presença da Vale, mas originalmente a mineradora entraria como sócia minoritária, com apenas 7%, enquanto a coreana Dongkuk e a italiana Danieli & C. Officine Meccaniche seriam as controladoras. Nesta nova fase, a Vale ainda não informou a divisão acionária do projeto com a Dongkuk. A assessoria da mineradora disse apenas que a empresa permanece minoritária.

A usina previa subsídio da Petrobrás no fornecimento do gás, que seria usado tanto como energia como no processo de produção do aço. Com a escassez do gás em 2007, a Petrobrás desistiu do projeto, que acabou sendo bastante modificado.

Na época, os controladores da siderúrgica diziam que a indústria só era viável no Ceará caso houvesse o subsídio do gás. Segundo a Vale, a escolha do Estado para o projeto teve como pano de fundo a localização favorável à exportação. Além da CSP, a mineradora brasileira tem em seu plano estratégico outros três projetos siderúrgicos: a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no Rio; a Companhia Siderúrgica de Vitória, no Espírito Santo; e a Aços Laminados do Pará.

"Faz parte da estratégia da Vale incentivar novos projetos siderúrgicos no Brasil, um dos países que possuem o mais baixo custo de produção, através de participações minoritárias temporárias com o objetivo de ser fornecedor exclusivo de minério de ferro e pelotas", destacou a companhia, em nota.

Os quatro projetos em desenvolvimento pela Vale devem agregar 15,5 milhões de toneladas de aço à indústria brasileira, um aumento de pouco mais de 50% na atual capacidade de produção siderúrgica do País. A expectativa é de que cada usina crie entre 10 mil e 25 mil empregos durante a fase de construção.

Ao longo de 2009, a companhia foi alvo de pesadas críticas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que cobrou mais investimentos da Vale nesse setor. O armistício entre Lula e o presidente da mineradora, Roger Agnelli, veio empacotado em outubro em um orçamento recorde para 2010 de US\$ 12,9 bilhões, que incluía o desenvolvimento de todos os quatro projetos siderúrgicos em pauta da empresa. COLABOROU DÉBORA THOMÉ

Escritório era do fundo Amber, abatido pela crise (Valor Econômico) 17/12/09

De São Paulo

Embalada pelos tempos de vacas gordas, a administradora de fundos hedge Amber Capital investiu US\$ 8 milhões num escritório com móveis de acabamento luxuoso e tecnologia de ponta em comunicação, ventilação e acústica. As instalações, que não chegaram a ser ocupadas, ficam no 57º andar do edifício de formato angular do número 601 da avenida Lexington, esquina com a rua 53, em plena "midtown" de Manhattan.

Reportagem da seção imobiliária do "The New York Times", de julho, contava que, com a crise, a Amber tentou sublocar as instalações, mas esbarrou no temor dos interessados em ver o imóvel tomado na esteira dos problemas do fundo. Segundo a reportagem, o BTG contornou esse risco ao fechar um contrato de oito anos e meio diretamente com o proprietário do andar, a Boston Properties. O banco brasileiro teria conseguido um desconto de 30% sobre o preço que a Amber pagava, além de nove meses de aluguel gratuito.

A Amber Capital foi uma das vítimas diretas da quebra do Lehman Brothers, no ano passado, porque tinha US\$ 600 milhões em ativos no banco, que ficaram congelados. Os recursos foram liberados este ano.

Perfil do BTG Pactual	
Em números	
■ Patrimônio líquido total R\$ 3,7 bilhões	■ Índice de Basileia 21,18% (setembro/09)
■ Total de recursos de terceiros administrados US\$ 30 bilhões	■ O BTG Pactual conta com 53 sócios e 48 associados
■ Área de gestão de fortunas US\$ 10 bilhões	■ Total de analistas da área de cobertura de ações 30, responsáveis pela cobertura de 96 companhias na América Latina.
■ O comitê executivo é composto por 29 membros, sendo 7 estrangeiros	■ Pessoal do banco de investimento 37, sendo 10 "bankers", responsáveis pelo relacionamento com o cliente
■ Número de fundos Cerca de 700 fundos, entre geridos e administrados pelo BTG Pactual	■ Total de funcionários 1.000

Fonte: BTG Pactual

No Brasil, a gestora é conhecida por ter fechado alguns investimentos em empresas, nem todos bem-sucedidos. A Amber é sócia da GP Investimentos na San Antonio, empresa de perfuração de poços de petróleo que, abatida pela queda do preço do barril, renegocia sua dívida com bancos. O fundo é sócio também da Brenco, do setor de etanol, que atualmente negocia uma fusão com a ETH. A Amber era também acionista da Invest Tur, empresa que foi comprada neste ano pela LA Hotels, da GP, operação amplamente contestada pelo fundo americano.

Petróleo:

Petrobras vai absorver impacto da alta no preço do gás boliviano (Valor Econômico) 17/12/09

Cláudia Schüffner, do Rio

A Petrobras não deverá repassar para as distribuidoras o novo preço do gás boliviano, ao qual será acrescida uma cobrança de US\$ 100 milhões por ano pelas partes "ricas" do gás, entre elas o etano, butano, propano e gasolina

natural. A estatal deverá absorver sozinha o impacto do aumento, fruto de negociação política entre os presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Evo Morales. Outra opção seria repassar de forma indireta, via aumento do gás nacional.

O presidente da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps), Zevi Khan, disse que não está previsto no contrato entre a Petrobras e as distribuidoras de São Paulo - Comgás, Gas Natural São Paulo e a Gás Brasileiro - qualquer repasse de preço.

"Não há nenhum motivo de força maior. Trata-se de uma decisão unilateral da Petrobras de aceitar uma alteração no contrato com a Bolívia, cujos termos eu não conheço", disse Khan ao Valor.

Apesar da ampla divulgação na Bolívia sobre a assinatura de um aditivo ao contrato de compra e venda de gás, a diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria das Graças Foster, não fala sobre o assunto. A estatal sequer confirma que o documento será assinado amanhã pelos presidentes da Petrobras, José Sergio Gabrielli, e da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), Carlos Villegas. A empresa também não informa se continua estudando uma unidade petroquímica na fronteira entre o Brasil e a Bolívia.

Entre analistas do mercado financeiro, ninguém conhece as condições do contrato e como ele será lançado no balanço da estatal. A analista Paula Kovarsky, do Itaú Securities, diz que em 2007 o acordo pareceu uma solução inteligente para ambas as partes, na medida que não alterava o preço do gás natural em si e que havia a perspectiva de utilizar estes líquidos na produção de GLP ou petroquímicos.

Nelson Rodrigues de Matos, analista do Banco do Brasil Investimentos, estranha que a companhia não tenha divulgado nenhum fato relevante, como aconteceu após o acordo com o governo do Rio de Janeiro para pagar Participação Especial (PE) retroativa pela produção no campo de Marlim.

"Não dá para ver no balanço porque essa é uma perda provável. Mesmo que ela não tenha pago ainda, o correto seria provisionar ou aumentar o custo da área", diz Rodrigues. "Vamos pagar por um gás que não usamos."

O novo acordo com a Bolívia vai aumentar em US\$ 1,2 bilhão (em valores presentes) o desembolso da Petrobras até 2019, quando vence o prazo do contrato de suprimento de gás (GSA). O valor inclui créditos acumulados entre 2007 e 2009 que somam US\$ 300 milhões.

A estatal resistiu o quando pôde à assinatura de um contrato dessa natureza, já que não usa essas partes mais nobres, que são entregues à indústria do jeito que chegam ao Brasil. Mas em 2007, depois de um acordo político a empresa aceitou aumentar o preço. Na época ela informou que pagaria à YPFB um adicional pelas frações de hidrocarbonetos líquidos presentes no gás natural efetivamente entregue que elevam seu poder calorífico para valores acima de 8900 quilocalorias (kcal) por metro cúbico. Contudo, uma fonte do setor explicou que o gás da Bolívia não é tão rico, e que esse seria apenas um pretexto para aumento do preço. "O gás considerado pobre tem 8900 Kcal por metro cúbico e o da Bolívia tem 9400 Kcal. Não há tanto líquido nobre a ser retirado", explica a fonte.

Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE) acha que o acordo chega em má hora para a Petrobras. "Sobram 20 milhões de metros cúbicos por dia de gás e em 2009 o consumo do Brasil voltou aos níveis de 2005. Como é que a Petrobras vai aumentar o preço do gás?", questiona.

Atualmente o gás importado da Bolívia custa US\$ 4,8269 por milhão de BTU no Sudeste, US\$ 4,8252 no Sul e US\$ 5,5410 no Centro-Oeste, segundo dados do Ministério de Minas e Energia. A esses preços são adicionados o custo do transporte e impostos.

Os contratos de petróleo subiram pelo segundo pregão consecutivo. O mercado já esperava uma diminuição das reservas americanas da commodity, mas os dados divulgados mostraram uma queda ainda maior do que o previsto. Em Nova York, o WTI para janeiro ganhou US\$ 1,97, para US\$ 72,66. Em Londres, o Brent para janeiro de 2010 subiu US\$ 1,50, para US\$ 73,55.

Gasmig planeja duplicar área atendida em 2010 (Valor Econômico) 17/12/09

César Felício, de Belo Horizonte

A Gasmig, empresa controlada pela estatal mineira de energia Cemig e com 40% do capital nas mãos da Petrobras, irá investir R\$ 108 milhões em 2010 para a conclusão de um programa de investimentos de R\$ 1 bilhão. Segundo o

secretário estadual de Desenvolvimento em Minas Gerais, Sergio Barroso, até o fim do próximo ano a subsidiária deverá mais que dobrar a rede de distribuição de gás natural, de 407 para 860 quilômetros.

Do total, 280 quilômetros são do gasoduto da região do Vale do Aço, que deverá ser inaugurado no próximo ano e consumiu R\$ 700 milhões. O gasoduto passará por uma rota em que estão situadas as principais siderúrgicas do Estado. Já existe uma rede de distribuição de 53 quilômetros na região. A obra sofreu atrasos este ano, em um dos trechos, em função de descumprimento das cláusulas contratuais pela empreiteira. Em outubro, a Gasmig rescindiu unilateralmente o contrato com a DM Construtora, e tenta repassar o trecho para outra empresa.

A empresa deve concluir também um ramal de 33 quilômetros entre Brumadinho e Nova Lima, área próxima a Belo Horizonte, para atender à MBR, uma subsidiária da Vale, que concentra condomínios de alto padrão, um investimento de R\$ 40 milhões. Também deverá entrar em operação um ramal no sul de Minas de 110 quilômetros, que envolveu investimento de R\$ 150 milhões. As obras já foram concluídas e a empresa aguarda apenas a licença de operação.

Com isso a empresa deve passar a sua comercialização de cerca de 800 milhões de metros cúbicos anuais (450 milhões, excluídas as termelétricas) para um volume estimado entre 1 bilhão e 1,2 bilhão de metros cúbicos em 2010. O número de municípios atendidos deve passar de 23 para 39. Este ano, a redução de produção no setor mineral e siderúrgico fez com que a Gasmig tivesse resultado modesto no fechamento de novos contratos no sul do Estado e no Vale do Aço. A meta inicial era de contratar a venda de 458 mil metros cúbicos por dia. Mas até agosto o volume contratado era de apenas 211 mil.

Barroso afirmou que no próximo ano a subsidiária deve finalmente entrar no segmento residencial, um projeto seguidamente adiado desde 2007. Desde essa época, há a perspectiva do gás canalizado começar a ser oferecido em Cidade Nova, bairro de classe média na zona norte da capital mineira.

ONS e EPE querem reforçar segurança do sistema de transmissão de energia (Valor Econômico) 17/12/09

De Brasília

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) vão propor ao Ministério de Minas e Energia um aperfeiçoamento no critério de segurança do sistema de transmissão brasileiro. A ideia é reforçar algumas regiões mais críticas do Sistema Interligado Nacional (SIN), para que sejam tão seguras quanto o sistema de escoamento de energia de Itaipu.

Embora o apagão do dia 10 de novembro tenha ocorrido devido a queda no sistema que liga Itaipu ao SIN, a conexão é considerada a mais segura do país e será tomada de exemplo para outras áreas, que também poderiam colocar parte do país no escuro em crises. A alteração poderá levar a aumentos nos custos de transmissão na composição da tarifa elétrica. Esse impacto, porém, ainda não foi medido.

Segundo Hermes Chipp, diretor-geral do ONS, que participou de audiência sobre o apagão na Câmara, todas as alternativas para reduzir a possibilidade de blecautes estão sendo avaliadas pela entidade, mas filtradas pelos critérios de impacto na segurança do sistema, custo e risco de funcionar ou não em crises.

Conforme apresentação do presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, em audiência pública realizada semana passada na Comissão de Infraestrutura do Senado no dia 10, o sistema de contingência simples (N-1) é o modelo adotado em todo mundo. O sistema de contingência dupla (N-2), implicaria grandes investimentos e aumento de tarifa.

No entanto, o governo entende agora que a adoção do modelo N-2, de Itaipu, apenas em pontos estratégicos para o funcionamento do SIN pode ter o custo diluído entre os consumidores e, portanto, ter menor impacto na tarifa final. A proposta ainda deverá ser avaliada pelo comitê criado para tomar providências sobre o apagão.

O escoamento da energia de Itaipu é de responsabilidade de Furnas. O sistema de transmissão suporta até contingências duplas, ou seja, problemas simultâneos que afetem a transmissão. Em novembro, houve contingência tripla em questão de milissegundos. (DF)

Energia eólica pode compensar atraso de Belo Monte (Valor Econômico)

17/12/09

De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, acredita que a geração de energia eólica poderá compensar o atraso da entrada em operação da energia gerada em Belo Monte, no rio Xingu (PA), por causa do atraso para emissão da licença prévia. Sem a licença, o leilão da usina, que estava previsto para este mês, deverá ocorrer apenas no ano que vem. Durante audiência pública na Câmara para debater o apagão do dia 10 de novembro, Lobão chegou a sugerir que, pelo atraso na licença, o fornecimento de energia de Belo Monte, previsto para se iniciar em 2014, poderá ser atrasado em um ano.

Lobão espera que não tenha de usar térmicas para prover a energia que Belo Monte deveria gerar a partir de 2014, que seria apenas uma pequena parte do seu potencial de 11,2 mil MW. O ministro também disse ter a expectativa de que o consórcio vencedor do leilão antecipe a data para início de geração de energia, para compensar esse atraso. Essa antecipação ocorre nas usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau. (DF)

Credores liberam empréstimo de R\$ 20 milhões para Infinity (Valor Econômico)

17/12/09

De São Paulo

Entrou em votação ontem o plano de recuperação judicial da Infinity Bio-Energy, cuja dívida está avaliada em cerca de R\$ 1 bilhão. De acordo com a assessoria da empresa, dois bancos credores aprovaram empréstimo emergencial de R\$ 20 milhões para capital de giro da companhia. Até o fechamento desta edição, a votação ainda não tinha sido finalizada.

Em uma das propostas que começou a ser votada se considerou a venda da usina Naviraí (MG), avaliada em R\$ 360 milhões. Na outra, aumento de capital dos credores de até R\$ 60 milhões. Neste caso, seriam necessários mais R\$ 120 milhões para reunir os R\$ 180 milhões mínimos necessários à retomada das operações. O grupo possui quatro usinas concluídas e uma em construção.(FB)

Demanda de energia deve aumentar acima de 7% (Valor Econômico) 17/12/09

Josette Goulart, de São Paulo

Tolmasquim, da EPE: as térmicas vão continuar sendo leiloadas, mas precisamos de mais projetos hidrelétricos. A conta de oferta e consumo de energia em 2009 corria um sério risco de não fechar se a potente velocidade pré-crise da locomotiva que era o Brasil no ano anterior tivesse se mantido a todo vapor. Nesse aspecto, a crise reverteu a situação do balanço da conta de energia, que de escassa passou a registrar sobras e o ano vai fechar com uma queda no consumo de 1%. Essa redução, por tabela, vai se refletir em sobras estruturais de energia elétrica para os próximos cinco anos.

A expectativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia e responsável pelo planejamento energético brasileiro, é de que a demanda cresça 7,2% em 2010. Mesmo com incremento tão elevado, o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, diz que o próximo ano tem sobra estrutural e conjuntural de energia. Existirá excedente conjuntural por causa da situação dos reservatórios das hidrelétricas, que estão cheios em função da abundância das chuvas durante os últimos meses.

O consultor Mário Veiga, da PSR Consultoria, diz que existe uma energia firme sobrando de 2.600 megawatts para o próximo ano. O cálculo da energia firme pressupõe a média de geração de uma usina mesmo que passe pela pior seca da história. O consultor explica que como as distribuidoras contratam a energia para os próximos cinco anos, o governo faz essa expansão, com base apenas na previsão de crescimento. Antes da crise, a expectativa era de o crescimento econômico fosse da ordem de 5,5% para 2009, mas o ano fechará em queda de consumo.

Como existia expectativa de crescimento, isso significa que os megawatts foram instalados, mesmo que não usados. De acordo com Veiga, cada ponto percentual equivale a 500 MW instalados a mais por ano. Isso significa que são necessários cinco ou seis anos para compensar um crescimento zero. E esse é um dos motivos que levam à sobra estrutural nos próximos cinco anos. "A economia poderia crescer 7,5% ao ano", diz Veiga.

Essa sobra deve continuar influenciando também os preços da energia no mercado livre, responsável por 25% do consumo total do país. Desde o início da crise os preços caíram fortemente, principalmente no curto prazo. O preço da liquidação das diferenças (PLD) caiu para seu valor mínimo, de R\$ 16. Em 2008, tinha ultrapassado os R\$ 500,00. "Mas, em 2010 o mercado começa a se regularizar e será menos determinado pelas sobras", diz o presidente da Associação das Comercializadoras de Energia (Abraceel), Paulo Pedrosa.

Já as tarifas para os consumidores do mercado regulado, que são atendidos pelas distribuidoras, também devem cair, apesar de não serem influenciados pela oferta e demanda de energia. É que diferentemente do ano de 2009, em que os reajustes foram puxados pela alta do dólar no auge da crise que afetou o custo da energia de Itaipu e da crise de segurança do ano anterior que gerou encargos de mais de R\$ 2 bilhões pelo acionamento das térmicas, no próximo ano, esses custos tendem a cair. As térmicas foram pouco acionadas e o dólar seguiu uma trajetória de queda que agora será refletida nas tarifas, a favor dos consumidores.

Apesar do otimismo com tarifas e da sobra estrutural, o próximo ano vai também começar a mostrar melhor o custo dos leilões de energia nova realizados desde a nova regulamentação do setor, em 2004. Alguns reajustes de distribuidoras do Nordeste do país já evidenciaram que a tarifa de energia está em alta. E isso foi possível verificar porque elas não usam a energia de Itaipu e, portanto, não foram afetadas pela alta do dólar no início da crise. Algumas distribuidoras tiveram reajuste de 18% em suas tarifas, e cerca de oito pontos percentuais foram influenciados pelo custo das térmicas vendidas nos primeiros leilões há cinco anos.

Esse é um ponto que preocupa o governo federal, porque no ano passado os leilões de energia nova foram tomados por projetos termelétricos. As usinas hidrelétricas não tiveram licenças aprovadas e apenas a concessão da usina de Baixo Iguaçu, no Paraná, foi licitada e vencida pela Neoenergia. Mesmo assim, a questão ambiental ainda é entrave no projeto e a empresa estima que as obras só devem iniciar no ano que vem, ou seja, dois anos após a licitação.

A falta de projetos hidrelétricos preocupa tanto o governo que no final deste ano o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu cancelar o leilão chamado A-5 (Lê-se A menos 5) que teria entrega prevista para 2014 - a nomenclatura faz referência a data de entrega da energia a partir do leilão. Além de haver energia sobrando para o ano de 2014, o que levou à decisão, segundo o presidente da EPE, foi a falta de projetos hidrelétricos, mais uma vez. Na última hora, a usina de Jari teve seu licenciamento aprovado, mas não tinha como participar. "As térmicas vão continuar sendo leiloadas, mas precisamos de mais projetos hidrelétricos", diz Tolmasquim.

Existe preocupação com a formação da matriz energética brasileira que tem sido rapidamente tomada pelas termelétricas. Em 2008, quase 85% da matriz era hidráulica. Para 2015, esse percentual deve cair para 75%. A ideia da EPE, para evitar que só térmicas movidas a óleo combustível e gás natural sejam inseridas na matriz, é fazer novos leilões de energia de reserva que contemplem projetos com combustíveis alternativos como a biomassa e os ventos. Tolmasquim diz que aposta na ideia de um leilão nesse formato neste ano. O primeiro foi feito em 2008, com a contratação de 600 MW de energia a partir do bagaço de cana e o segundo no final desse ano com a contratação de energia eólica.

Nesse aspecto, o leilão da hidrelétrica de Belo Monte, com capacidade para gerar mais de 11 mil megawatts de energia, também é esperado pelo governo. A expectativa é de que o empreendimento seja leiloadado ainda no primeiro trimestre, para não ser atropelado pelas eleições. A expectativa em torno dos projetos hidrelétricos se dá justamente em função dos preços, porque essa é uma energia mais barata. O leilão das usinas do Madeira foi um exemplo disso.

Apesar de o preço das térmicas influenciar as tarifas nos próximos anos, os consumidores esperam que exista um contraponto com a decisão do que o governo fará com as concessões que vencem em 2015. São cerca de 20 mil MW que terão um novo preço. Como o investimento das usinas já está amortizado, o governo tende a reduzir o preço. A decisão do que será feito, se as concessões serão prorrogadas ou relicitadas, é muito aguardada ainda no ano de 2010. O presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Ricardo Lima, diz que é preciso que uma decisão seja tomada porque em 2012 vencem contratos de energia de empresas geradoras que têm suas concessões vencendo. Essa decisão afeta diretamente os negócios das grandes indústrias que hoje negociam sua energia no mercado livre.

Petróleo: Petrobras planeja perfurar 13 poços na região, ao custo de até US\$ 120 milhões cada um

Pré-sal reserva pesado investimento para a Bacia de Santos (Valor Econômico) 17/12/09

Cláudia Schüffner, do Rio

Hayashi: "Antes do fim do ano serão iniciados mais três testes de longa duração em Guará, Parati e Tupi Nordeste"

O próximo ano será de grande trabalho no pré-sal da Bacia de Santos. A Petrobras planeja perfurar 13 poços na área, o que vai implicar um investimento caro, considerando que cada poço custa entre US\$ 60 milhões e US\$ 120 milhões, dependendo do tipo. Trata-se de um número considerável também levando-se em conta que até agora foram perfurados 16 poços em todo o pré-sal desde 2006.

A companhia já está produzindo 35 mil barris de petróleo no pré-sal brasileiro, sendo 20 mil barris por dia em Tupi, o gigante encontrado na Bacia de Santos, e 15 mil barris no campo Jubarte, que fica no "Parque das Baleias", na Bacia do Espírito Santo.

Mas Santos é de longe a estrela do momento, ou pelo menos da próximas décadas. É ali que estão os blocos onde foram encontrados maiores volumes recuperáveis de petróleo até agora: Tupi e Iara (no BM-S-11), Parati (BM-S-10), Carioca (BM-S-9), Bem-Te-Vi (BM-S-8), Caramba (BM-S-21), Júpiter (BM-S-24) e Azulão (BM-S-22, esse último da Exxon). Somente em alguns dos campos operados pela Petrobras, as estimativas são de reservas entre 10,6 bilhões e 16 bilhões de barris de petróleo. É mais do que todas as reservas atuais da companhia e mais do que tudo o que produziu (12 bilhões de barris) desde sua criação, em 1953.

Somente o chamado polo de Tupi vai responder por 40% da produção total da Petrobras em 2020, quando o atual plano estratégico prevê que a estatal estará produzindo 3,92 milhões de barris por dia, dos quais 1,8 milhão no pré-sal. Até lá a Bacia de Santos terá reduzido a importância relativa da Bacia de Campos, que hoje é responsável por 80% da produção nacional de petróleo. Os investimentos para isso serão bilionários: US\$ 18,4 bilhões até 2013 e US\$ 111 bilhões até 2020. Os números de 2010 estão sendo ajustados e virão no plano estratégico até 2014, que ainda não tem data para ser divulgado.

Atualmente a Petrobras implementa a chamada "fase zero" da produção de petróleo e gás do pré-sal de Santos. A produção está sendo feita através de um teste de longa duração (TLD) em Tupi com a plataforma Cidade de São Vicente e de um TLD em Jubarte com a plataforma P-34. O diretor de exploração e produção da Petrobras, Guilherme Estrella, disse que a companhia vai tentar antecipar de dezembro para outubro a instalação de um projeto-piloto de produção na área, com uma plataforma que terá capacidade de produzir 100 mil barris de petróleo por dia.

Quando o piloto for instalado, a plataforma que hoje faz o TLD será deslocada para outra área, explica o gerente de planejamento do pré-sal, Mauro Yuji Hayashi. Antes do fim do ano serão iniciados mais três testes de longa duração em Guará, Parati e, provavelmente, em uma área apelidada de Tupi Nordeste. Hayashi destaca que a localização dessas áreas ainda estão em fase de avaliação e poderão ser alteradas.

A plataforma que será instalada em Guará, a Dynamic Producer, está sendo construída em Cingapura e deve começar a operar no primeiro semestre. Com um programa exploratório tão intenso, a movimentação de navios no pré-sal não poderia ser pequena. Até 2011, a companhia vai receber 23 sondas de perfuração, que já foram contratadas, segundo Estrella.

No próximo ano a Petrobras vai receber entre seis e sete sondas de perfuração e pode alugar mais equipamentos se o preço for adequado, diz Hayashi. São elas que vão perfurar até onze poços de avaliação exploratória e dois de desenvolvimento da produção no pré-sal em 2010. Yuji diz que o número final de poços dependerá da quantidade de sondas disponíveis.

Estrella informou no início do mês que a Petrobras precisa furar mais seis poços em Tupi para completar a avaliação da área antes de entregar um plano de desenvolvimento da produção para declaração de comercialidade em dezembro, quando vence o prazo estipulado no contrato com a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Outro evento importante será o lançamento de um gasoduto de 225 km de extensão ligando o piloto de Tupi à plataforma de Mexilhão e de lá para o continente, em Caraguatatuba (SP). Inicialmente o piloto de Tupi vai "exportar" 3 milhões de metros cúbicos de gás, sendo que o gás carbônico, ou dióxido de carbono (CO), será separado na plataforma antes de ser enviado. Uma parte do CO será reinjetado no campo para aumentar a produção de petróleo.

O projeto da Petrobras para o gás e o CO encontrado nos campos do pré-sal é desafiador em termos de tecnologia. A Petrobras quer evitar a emissão de gás carbônico na atmosfera e Estrella garante que "nada será ventilado".

Mauro Hayashi ressalta que a Petrobras estuda alternativas para aumentar a produção e evitar a emissão de CO na atmosfera. A primeira delas é a injeção de água no reservatório, que aumenta o fator de recuperação do petróleo - relação entre o óleo existente no reservatório e o que é possível extrair comercialmente - em 25%.

A segunda é a injeção alternada de água e gás de hidrocarboneto (uma mistura de CO e gás) nos poços. Essa técnica permite um aumento do fator de recuperação do petróleo para 35%. A outra alternativa prevê a injeção alternada de água e CO (já separado do gás), que aumenta para 45% o fator de recuperação.

A Petrobras vai utilizar a injeção alternada na fase 1A do desenvolvimento dos campos de Tupi, Guará e Tupi Nordeste, prevista para o período de 2010 a 2016. O uso de água e CO puro só será possível a partir de 2017, quando a produção no pólo do pré-sal de Santos estiver mais madura. Quando isso acontecer, o gás que for exportado para Mexilhão chegará lá com apenas 2% de CO, uma vez que o restante será separado e reinjetado no poço quase imediatamente depois de extraído.

Até 2016 a empresa planeja instalar no pré-sal de Santos onze sistemas de produção de petróleo. O primeiro deles é o piloto de Tupi. As plataformas de produção, armazenagem e escoamento (FPSO, na sigla em inglês) que virão depois dele terão maior capacidade de produção. A de Guará, prevista para 2013, poderá produzir 120 mil barris de petróleo, mesmo volume da unidade de Tupi Nordeste, prevista para entrar em 2014. A partir daí serão instaladas oito plataformas que a Petrobras chama de "replicantes" por serem fabricadas em série, cada uma com capacidade de produzir 150 mil barris por dia. Estão previstas quatro para 2015 e outras quatro para 2016. Juntas elas produzirão quase 1,6 milhão de barris de petróleo por dia.

Todo esse petróleo, que corresponde a quase toda a atual produção da Petrobras, será escoado através de dois navios (ou terminais oceânicos) estacionados no oceano que serão construídos um para a primeira fase e outro para a segunda. Cada terminal consiste em um navio com duas monoboias com capacidade de armazenar 400 mil barris de petróleo.

Energia renovável continua a ser um artigo de luxo no mundo (Valor Econômico) 17/12/09

Célia Roseblum, de Copenhague

Plataforma básica para que seja possível fazer a transição entre o atual modelo e uma economia de baixo carbono, com emissões limitadas de gases de efeito estufa, a energia renovável é hoje um ativo de elite. Com preços ainda bastante altos em relação às tecnologias tradicionais, as chamadas fontes limpas estão longe de ser uma opção viável para grande parte da população mundial.

A Índia, com mais de 1 bilhão de habitantes e grandes contrastes econômicos, fornece um bom retrato da situação. "Temos um desafio grande de fornecimento: 60% das pessoas não têm acesso à energia. E se o objetivo é aumentar o acesso em um contexto de baixas emissões não é possível as soluções terem preços inviáveis", diz Sunita Narain, do Centro de Ciência e Desenvolvimento, de Delhi, que participou ontem de reunião sobre energia promovida pela União Europeia na CoP-15.

Os cientistas avaliam que as emissões de gases-estufa precisam ser reduzidas muito rapidamente a partir de 2015 até serem zeradas na metade do século se o mundo quiser ter pelo menos 75% de chances de evitar um aumento superior a 2° C na temperatura. Para isso, é preciso fazer um investimento maciço em energia renovável e em pouco tempo, alerta Alan Atkisson, consultor do Departamento de Assuntos Econômicos da ONU que esteve à frente da elaboração de uma proposta para promover um "Green New Deal" global que permita superar desafios climáticos, de desenvolvimento e da área de energia.

"Precisamos reinventar tudo o que vínhamos fazendo", defende Ebojsa Nakicenovic, vice-diretor do International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA). Para adotar um padrão mais limpo, explica, a eficiência é central. "Descarbonizar" significa eliminar dos processos ou pelo menos capturar os gases-estufa.

Segundo os cálculos de Nakicenovic, anualmente os investimentos globais em energia ficam em torno de US\$ 500 bilhões a US\$ 600 bilhões, valor que considera "relativamente baixo" na comparação com o PIB mundial de aproximadamente US\$ 50 trilhões. De forma paralela, acrescenta, a questão energética absorve por ano cerca de US\$ 200 bilhões a US\$ 300 bilhões em subsídios do governo.

Investimentos anuais de US\$ 150 bilhões seriam, segundo suas estimativas, suficientes para garantir que em 20 anos os 500 milhões de casas que hoje não têm eletricidade ou mesmo de um fogão superassem essas carências. Nakicenovic considera que o acesso à energia é básico no processo de desenvolvimento verde. Até uma questão de justiça com "o terço da população mundial que até agora não desfrutou das emissões acumuladas na atmosfera".

Hoje, 1,6 bilhão de pessoas não têm acesso à energia - 80% dos quenianos, por exemplo, vivem essa situação. Cerca de 2,4 bilhões de pessoas usam lenha para cozinhar, em fogões ou mesmo em fogueiras. Até a utilização de fontes fósseis para cozinhar traria uma redução importante de emissões.

"É preciso dar escala à energia renovável", afirma Johan Rockström, diretor do Stockholm Environment Institute. Para ele, o caminho é a adoção de tarifas subsidiadas, que garantiriam aos investidores retornos atraentes no período em que as tecnologias estivessem sendo aprimoradas.

Nos países desenvolvidos, basicamente no hemisfério Norte, os consumidores iriam arcar com esse custo adicional - como na Alemanha - e nas nações pobres, onde o consumidor pagaria bem menos para garantir condição de acesso, um fundo internacional responderia pela diferença.

Mas, adverte Rockström, é preciso ter números "bem definidos", tanto para os preços quanto para o período em que o subsídio ficaria em vigor. Os custos, por exemplo, deveriam se tornar viáveis para o consumidor e também competitivos em relação às energias tradicionais - que atualmente variam entre US\$ 0,03 e US\$ 0,05 por kWh - até 2025, em termos globais. A garantia de preço aos fornecedores de energia renovável seguiria uma curva descendente até atingir o preço-alvo, no ano fixado.

Novas tecnologias, avalia John Schellnhuber, diretor do Instituto para Pesquisa de Impacto Climático de Potsdam, são usualmente mais caras que as já estabelecidas. A situação das energias renováveis, hoje, não é inédita. "Os carros, quando surgiram, eram mais caros do que os cavalos, os relógios digitais eram mais caros que os analógicos."

Essa aposta no futuro, com um horizonte mais largo de investimentos, é a única alternativa viável hoje para Tariq Banuri, diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Subir os preços dos combustíveis fósseis para subsidiar as fontes renováveis, diz, seria letal para a economia dos países em desenvolvimento. "A única forma de baixar o preço é investir na expansão da capacidade. Com escala o preço vai cair. Isso precisa ser encarado não como um ônus, mas como um investimento."

A jornalista viaja a convite da Natura e do Walmart

Cadeia produtiva do setor é responsável por 30% do CO2 despejado na atmosfera (Valor Econômico) 17/12/09

De São Paulo

Um grupo de doze empresários de vários países reuniu-se há menos de um mês para discutir o futuro da construção sustentável no mundo. A partir dessas conversas iniciais, irão preparar um documento que será apresentado no World Economic Fórum, em Davos. Será uma recomendação aos governos de todo o mundo de um projeto unificado para a construção civil, atividade que emite, em todos os elos da cadeia, 30% do CO2 despejado na atmosfera.

O grupo reuniu representantes dos Estados Unidos, Austrália, China, Índia, Reino Unido, Alemanha, França, Finlândia, Suíça e África do Sul. O Brasil foi representado por Juan Quirós, presidente do grupo Advento, que possui a construtora Serpal, e atua na construção de fábricas, hospitais e shoppings.

Em entrevista ao Valor, Quirós conta que o debate partiu do pressuposto de que a construção civil não pode estar desligada da infraestrutura. "O ciclo de desenvolvimento e respeito ao meio ambiente é uma coisa só", afirma. Uma das grandes preocupações do grupo é eliminar desperdícios, um problema sério do setor. O objetivo é que, no longo prazo, se use materiais seguros, saudáveis e recicláveis, com energia 100% renovável e água reutilizável. Para isso, os governos devem criar leis e dar incentivos aos projetos e materiais que apliquem inovações tecnológicas. "Já existem materiais em estudo que contêm ingredientes biológicos e podem retornar ao solo de maneira segura e produtiva", afirma.

Num futuro próximo, os financiamentos bancários para empreendimentos verdes, por exemplo, devem ser mais vantajosos em relação aos prédios construídos da forma tradicional.

E a solução para produtos usados na construção, como a areia, por exemplo, que é retirada do ambiente? A ideia é que haja até "areia certificada". De acordo com as primeiras discussões, a areia captada a até 800 quilômetros da área de construção está dentro dos padrões aceitáveis, porque a emissão de carbono gerada pode ser neutralizada quando o prédio estiver pronto. Além dessa distância, começam a ter penalidades.

Quando se fala em construção verde, os números são superlativos. Estima-se que o mercado de prédios comerciais e residenciais e infraestrutura estejam avaliados entre US\$ 36 bilhões e US\$ 49 bilhões. A expectativa é de que até 2013 esse valor chegue a US\$ 140 bilhões. (DD)

Entrevista: Presidente do BNDES diz que peso do banco será reduzido em 2010, mas perfil do apoio será melhor

Financiamento privado deve voltar em 2010 (Valor Econômico) 17/12/09

Vera Saavedra Durão e Denise Neumann, de São Paulo

Coutinho: "É plausível que o mercado de capitais volte a ter papel expressivo e crescente, quem sabe até ultrapasse o BNDES ou seja tão importante quanto"

O ano de 2010 reúne as condições para a volta do financiamento privado de longo prazo. Se isso ocorrer, o investimento manterá a trajetória de forte recuperação delineada no terceiro trimestre de 2009, e que deu a cara do Produto Interno Bruto (PIB) no período. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, acredita que o investimento pode crescer 20% em 2010, muito acima dos 5% a 6% previstos para o conjunto da economia.

Se confirmado, esse cenário benigno trará junto uma redução (esperada) no papel do banco como financiador anticrise e permitirá seu retorno, com mais força, na sustentação dos projetos de muito longo prazo e àqueles marcados pela inovação. Mas Coutinho não quer seguir sozinho nessa trilha. "É muito plausível que em 2010 o mercado de capitais volte a ter um papel expressivo e crescente, quem sabe até ultrapasse o BNDES ou seja tão importante quanto", diz ele, ao destrinchar qual o efeito esperado das medidas anunciadas na semana passada, entre elas a que abre espaço para debêntures privadas. Para chegar lá, diz, será preciso criar liquidez para os novos papéis. "Você precisa ter as mesas dos bancos com o compromisso de comprar e vender, de fazer o volume mínimo de debêntures, todo mês, de maneira permanente", observa. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Como o sr avalia o PIB de 2009 e o que espera de 2010?

Luciano Coutinho: O resultado do terceiro trimestre foi qualitativamente superior ao do trimestre anterior. Mostrou um crescimento com características muito mais sustentáveis, foi liderado pelo investimento - a taxa na margem de 6,5% -, com ligeira desaceleração do consumo das famílias e desaceleração dos gastos do governo. Então é uma combinação de crescimento saudável e eu diria que é a combinação ideal do crescimento. Oxalá a combinação nos próximos trimestres mantenha esse padrão, no qual o investimento mantenha o papel de "puxador" do crescimento porque isso assegura criação de capacidade produtiva no ritmo suficiente para prevenir o aparecimento de gargalos na oferta e, portanto, de pressões inflacionárias. Curiosamente, o simples anúncio do resultado já deflagrou revisões entre as consultorias do "timing" de um suposto aumento da taxa de juros. Então, eu acredito que a recuperação do investimento será firme e vai se sustentar. Pelas indicações que temos, a eficácia do Programa de Sustentação do Crescimento (PSI) é inegável, ele começou a produzir uma onda de antecipação do investimento.

Valor: O PIB continuaria puxado pelo aumento da oferta, afastando riscos de inflação de demanda?

Coutinho: Sim. É importante que a demanda continue crescendo, mas o relevante é que o investimento ocorra de maneira muito firme e antecipe criação de capacidade produtiva.

Valor: No arsenal anticrise, então, o PSI foi mais importante que a desoneração de bens de consumo?

Coutinho: Ao longo do ano de 2009, as reduções de IPI foram importantes para sustentar o consumo e, ao fazer isso, abreviar o ciclo de ajuste de estoques e permitir a retomada no nível de uso de capacidade instalada, especialmente no complexo de bens duráveis. Então, a redução do IPI foi muito importante para ultrapassar a crise de uma maneira mais veloz. Mas agora eu vejo com muita satisfação o retorno a um padrão de crescimento liderado pelo investimento. Isso é tão importante que eu considero o fato de o PIB crescer menos como absolutamente secundário.

Valor: E qual vai ser o padrão do PIB em 2010?

Coutinho: Ele será um padrão onde, outra vez, o crescimento será liderado pelo investimento. Eu espero que a formação bruta de capital fixo cresça, pelo menos, 20% em 2010, e vai subir sua proporção em relação ao PIB. A taxa de investimento, no trimestre, já está em 17,7%, melhor do que se esperava. Estávamos chegando perto de 20% do PIB em 2008 antes da crise. Vamos lutar muito para puxar a taxa de investimento, no ano que vem, para 18,5%, 19% do PIB. E, se possível, preparar o caminho para que esta taxa continue crescendo para mais de 23%, 24%, nível que eu considero compatível com um crescimento de 6% ao ano.

Valor: E qual o papel do BNDES nesse processo? O banco terá mais R\$ 80 bilhões do Tesouro em 2010. Neste ano já foram R\$ 100 bilhões.

Coutinho: Nós estamos com R\$ 119 bilhões até o fim de novembro e há uma expectativa de um forte desembolso em dezembro. Provavelmente fecharemos o ano com um número entre R\$ 130 bilhões e R\$ 135 bilhões. Considerando que ajudamos a repassar recursos para a Caixa, para o Minha Casa, Minha Vida, para o banco do Nordeste, o BNDES terá ajudado outros bancos federais a complementar a necessidade de "funding", de forma que fizemos um bom uso dos recursos que nos foram oferecidos. Agora, como em 2010 nós não precisaremos suprir recursos de giro na escala que praticamos em 2009, vamos focar nossa atuação no financiamento, prioritariamente, ao investimento e à inovação. E nós esperamos que as medidas tomadas, como a renovação do PSI, a desoneração de bens de capital e para investimentos em vários setores, a subida do uso da capacidade industrial, além do investimento autônomo em áreas que dependem de decisões do governo federal, como petróleo e gás, energia, logística e construção civil, vão reativar o investimento privado de uma maneira muito firme em 2010. E espero que em 2011 o investimento se mantenha, aí sim no que eu chamo de velocidade de cruzeiro, entre 10% e 15%.

Valor: Por que o sr. espera que já em 2010 o capital privado vá bancar investimentos de longo prazo?

Coutinho: Há duas medidas importantes anunciadas na semana passada. Uma foi a autocontenção, no caso do BNDES, de trabalhar com um número justo. Segundo, abrir para o setor bancário um instrumento de captação de "funding" com maturidade mais longa - as letras financeiras. O mercado está esperando um certo volume de letras. Alguns falam em R\$ 10 bilhões, outros um pouco mais. E nós vamos apoiar firmemente as debêntures do setor produtivo.

Valor: Conversíveis em ações?

Coutinho: Não necessariamente. O que nós queremos é que o mercado de capitais, que teve um desenvolvimento muito favorável da perna ações, tenha também a perna debêntures, como é no mundo todo. No caso do mercado privado corporativo de debêntures do Brasil, ele é pequeno e tem um mercado secundário pouco líquido. Mas ele pode ser muito promissor, pode oferecer ativos de confiabilidade e rentabilidade para ajudar, por exemplo, a migração de poupanças institucionais e ajudar a estimular a formação de poupança tendo como endereço títulos com qualidade e rentabilidade bastante expressivas a prazos médios. Estamos querendo que esses títulos tenham pelo menos cinco anos de maturidade, com papel de rating elevado. No mundo todo você tem um mercado de debêntures privadas e você tem um leque de categorias, desde o triplo A, até o mercado de lixo de debêntures, "junkbonds", enfim, um mercado completo. É claro que não vamos começar o desenvolvimento do mercado de debêntures no Brasil com mercado de alto risco. Vamos começar com o de baixo risco porque a rentabilidade é muito alta e isso vai abrir uma janela de oportunidade para empresas de bom rating desfrutarem de mais uma fonte de financiamento. Acredito que será muito promissor no futuro e nos cabe ajudar no desenvolvimento desse mercado. Precisamos um entendimento amplo com um conjunto de bancos para que façam o chamado "market maker".

Valor: O que quer dizer isso?

Coutinho: Você precisa ter as mesas desses bancos com o compromisso de comprar e vender, de fazer o volume mínimo de debêntures, todo mês, de maneira permanente, de tal maneira que se crie liquidez para as debêntures. E quando você cria liquidez para esses papéis você os torna muito mais atraentes para o lado dos investidores, da indústria de fundos. Nós precisamos criar instrumentos privados de financiamento do investimento. Essa é uma tarefa para o futuro do país. Claro que essa é uma tarefa condicionada a um outro grande desafio que é continuar aproximando a Selic da TJLP.

Valor: Quem vai fazer a maior parte nessa aproximação? O próprio BNDES ou...

Coutinho: Essa é uma tarefa para o conjunto da política econômica, não é uma tarefa do BNDES. Mas o banco precisa fazer a sua parte, que é suportar o dinamismo do investimento para criar oferta, e ajudar o desenvolvimento do mercado de capitais, ajudar a criar as bases de liquidez, ser um parceiro estimulante para o mercado de capitais, como tem sido. Mas é preciso que a política monetária, a política fiscal, a credibilidade da política macroeconômica etc. sejam capazes de caminhar na direção de consolidar patamares de juros cada vez mais baixos. O Brasil é uma economia hoje que pode ambicionar trabalhar com a taxa real de juros tendencialmente mais baixa.

Valor: Se a taxa Selic voltar a subir, isso compromete o desenvolvimento de um mercado privado?

Coutinho: Não tenho bola de cristal para prever isso, mas acredito que quando você amplia o spread entre as duas taxas você desacelera esse processo.

Valor: A pergunta não é se a taxa vai subir, mas se juros mais altos comprometem..

Coutinho: O spread atual já permite algum desenvolvimento, ele não é totalmente inibidor do desenvolvimento de instrumentos financeiros privados. Mas é claro que se tivermos uma convergência de taxas assistiremos no Brasil a uma verdadeira revolução financeira. E nós temos que buscar isso, e de uma vez por todas ultrapassar a anomalia característica do sistema de moeda e crédito do Brasil que é ter uma estrutura de termos de taxa de juros reversa - ou perversa, no sentido de que a taxa de curto prazo é estruturalmente mais alta que as taxas de longo prazo. Essa anomalia foi substancialmente mitigada nos últimos anos e estamos muito próximos de superá-la de uma vez por todas.

Valor: O Sr falou em alinhar a política fiscal. No campo fiscal, o que falta para sustentar esse cenário?

Coutinho: Houve um avanço fiscal extraordinário em todo o governo Lula. A política fiscal muito firme é que permitiu essa melhora na redução do patamar dos juros. Quando veio a crise, até porque houve uma melhora muito grande, ela pôde ser acionada de uma maneira contracíclica. Podemos discutir exatamente qual o momento mais adequado para reduzir o estímulo fiscal. À medida que se consolide, nos próximos trimestres, o crescimento da economia e fique absolutamente configurado que o ciclo de investimentos é muito firme, deveríamos, em tese, começar a rever a intensidade da política fiscal.

Valor: Mas o pacote da semana passada trouxe a preocupação que a questão fiscal será mais relaxada em 2010. Qual o papel do gasto público no próximo ano?

Coutinho: Não é meu papel avaliar o melhor momento para mexer nas medidas. A orientação do presidente é muito clara: ter atenção para a política fiscal. Ela tem que ser conduzida de uma maneira compatível com o padrão de crescimento sustentável que se deseja consolidar.

Valor: Como vocês vão aplicar os R\$ 80 bilhões e de onde virão os demais recursos que o banco precisa?

Coutinho: Este ano, já temos, na carteira de projetos aprovados, perto de R\$ 160 bilhões. E temos uma projeção de desembolsos, em 2010, de R\$ 126 bilhões; e temos R\$ 213 bilhões em consultas. Temos uma carteira cheia e minha sensação é que ela vai crescer. O que nos interessa, em 2010, é voltar a focar o investimento com ênfase na expansão forte da infraestrutura, na cadeia produtiva de petróleo e gás, na retomada dos projetos de expansão da indústria, em serviços. Temos a expectativa de apoiar todos os projetos intensivos em capital e que não têm mercado salvo o BNDES. Esperamos motivar o mercado de capitais e o bancário a ajudar no financiamento ao investimento. Em 2010 nós vamos olhar muito mais a qualidade dos investimentos e dos projetos.

Valor: Em valor, o desembolso de 2010 pode ser inferior ao de 2009?

Coutinho: Sim, ele pode ser menor, mas eu estou tirando tudo que fizemos de emergencial em 2009. Ele foi um ano atípico, em que o BNDES sozinho representou 37% do aumento da oferta de crédito. 2009 não deve ser um paradigma para julgar. Vamos ter outro perfil, que é relevante. Nós pleiteamos e obtivemos os R\$ 80 bilhões, que deixam uma pequena folga, mas suficiente para confortavelmente assegurar que em 2010 não faltará apoio ao investimento privado.

Valor: Além dos R\$ 80 bilhões, de onde virão os demais recursos?

Coutinho: Temos o retorno da carteira de investimentos e o fluxo do FAT constitucional. E tudo isso fecha os R\$ 126 bilhões e deixa uma folga. O que nós queremos, contudo, é que o setor privado volte a financiar o investimento de média maturidade e que o programa de debêntures ajude a financiar diretamente as empresas de tal maneira que o mercado de capitais volte a ter um papel crescente no investimento, o que é perfeitamente possível no ano que vem. Isso significa que o peso relativo do BNDES vai diminuir. É muito plausível que em 2010 o mercado de capitais volte a ter um papel expressivo e crescente, quem sabe até ultrapasse o BNDES ou seja tão importante quanto o banco.

Valor: Vocês vão pôr R\$ 10 bilhões no programa das debêntures corporativas, é isso?

Coutinho: Exato, nós reservamos R\$ 10 bilhões que em tese alavancariam R\$ 50 bilhões de emissões de debêntures, isso em cinco anos.

Valor: O BNDES não pulverizou muito sua atuação?

Coutinho: Como pulverizamos?

Valor: Dinheiro para saúde, Copa do Mundo, estádio, hotel...

Coutinho: Eu não sei o que vocês estão entendendo como saúde, é um setor importante, é o complexo industrial. Os estádios são dinheiro para os Estados...

Valor: Mas qual a prioridade do R\$ 80 bilhões?

Coutinho: Indústria e infraestrutura.

Valor: Terá, de novo, uma parcela expressiva reservada à Petrobras?

Coutinho: Não precisa porque a Petrobras, com os preços atuais, está muito bem e tenho convicção que as propostas do governo vão passar no Congresso. E, se a Petrobras estruturar a capitalização com reservas do pré-sal, estará em condições de seguir adiante.

Valor: Em 2010 vocês continuarão atuantes em movimentos de consolidação, como neste ano?

Coutinho: Vamos. Por que não? Existe toda uma lógica por trás dessas operações, que é aproveitarmos oportunidades consistentes de consolidação ou internacionalização das empresas brasileiras que têm alta competitividade ou competência, de gestão ou resultados, além de governança e transparência.

Valor: Há setores que vocês elegeriam como passíveis desse apoio?

Coutinho: Eu diria que estamos começando a esgotar a lista dos setores onde o Brasil tem alta competitividade e as chances de aparecerem operações de consolidação de empresas começam a diminuir. Mas existem outras categorias, empresas de menor porte que podem, eventualmente, fazer uma consolidação ou uma aquisição no exterior, embora não sejam megaempresas. Mas é preciso entender que esse é um movimento que o BNDES estimula, mas não dirige.

Valor: Você faz o casamento?

Coutinho: É preciso que aja liderança privada, iniciativa privada desejosa e que tenha aspiração de buscar essa liderança e esse papel de protagonismo. O que nós podemos é estimular, é criar condições favoráveis. Isso que é difícil de entender. Nós precisamos contar com a existência de atores privados, nós não tomamos as decisões.

Valor: O câmbio é uma preocupação. Ele pode atrapalhar o crescimento de 2010?

Coutinho: Parte da apreciação do real que vem da depreciação do dólar em algum momento vai se reverter. No futuro próximo, até meados de 2010, a economia americana vai mostrar sinais de vitalidade e aí a perspectiva é que a política monetária americana, em algum momento, possa se inverter. E o dólar, que hoje é uma moeda em franca depreciação, pode reverter esse movimento. Segundo, houve uma mudança de percepção muito forte em relação às commodities. Se esperava que elas fossem para o fundo do poço e não voltassem. Como elas voltaram, temos preço de commodities e depreciação do dólar como duas forças impulsionando a apreciação do real. Além disto tem um forte ingresso de capitais. Quem apostar numa apreciação continuada do real pode se dar mal. Obviamente, tenho preocupação com a apreciação continuada e persistente da taxa de câmbio. A medida do IOF foi um primeiro sinal do governo nessa direção, ela interrompeu a tendência, e acredito que o Banco Central tem meios e condições para mitigar o processo de apreciação.

Valor: O sr. acha que as eleições podem atrapalhar? Podem contaminar economia ou o Brasil já superou isso?

Coutinho: O Brasil já ultrapassou essa fase. Acho que há maturidade e compreensão de que os fundamentos da política macroeconômica são entendidos de uma maneira consensual. São raízes do sucesso econômico brasileiro e não faz sentido modificá-las de uma forma desestabilizadora. Não vejo maior risco nas eleições.

Valor: O sr. acha que a economia é ainda o grande trunfo do governo para a eleição da Dilma?

Coutinho: Não tenho conhecimento suficiente de marketing político para opinar. Claro que um "feeling good" de um momento econômico ajuda. Como isso se traduz em vantagem política, eu não tenho como opinar.

Governos locais ganham poder na concessão de licenças ambientais (Valor Econômico) 17/12/09

Paulo de Tarso Lyra, de Brasília

Os deputados aprovaram ontem um projeto de lei que altera as regras de licenças ambientais em todo país. Por 317 votos a favor e 17 contra, os parlamentares definiram que as licenças serão concedidas levando-se em conta o tamanho e o impacto das obras: se for uma obra nacional, a licença será de um órgão federal; impacto estadual, órgão estadual; impacto local, órgão municipal. Os deputados também tiraram autonomia do Conama para dar a resposta final em caso de conflitos. Agora, dúvidas sobre o licenciamento serão resolvidos por uma comissão formada por representantes do Conama, e dos governos federal, estadual e municipal.

O texto gerou muitos protestos do líder do PV na Câmara, Edson Duarte (BA). Os ambientalistas não concordam com a determinação de que a mesma instância que concede a licença terá poderes para fiscalizar e aplicar sanções administrativas. Pela legislação atual, o poder de fiscalizar e aplicar multas é atribuição exclusiva do Ibama. "O texto ficou mais justo. Não podemos mais aceitar a carteiraada de quem apresenta dificuldades para depois vender facilidades", afirmou o líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO).

Pelo projeto aprovado pelos deputados e que segue agora para o Senado é de prerrogativa exclusiva da União a concessão de licenças para obras em áreas situadas no mar territorial, incluindo as explorações do pré-sal; terras indígenas, áreas militares ou nos casos de obras que abranjam mais de um Estado, como ferrovias ou hidrelétricas.

A bancada ruralista queria que os Estados tivessem total autonomia para definir suas regras de licenciamento. O texto aprovado acabou sendo uma saída alternativa, pois obras de grande impacto terão que ser aprovadas e fiscalizadas por instâncias federais. Os ambientalistas também protestam pela perda de poder do Conama, órgão onde possuem maioria. "Se o governo está, cada vez mais, municipalizando as políticas públicas, por que só no caso das licenças ambientais o poder permanece concentrado em um órgão federal (Ibama)?" questionou.

A aprovação do projeto de lei regulamenta o artigo 23 da constituição federal e, segundo o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP) agiliza a autorização para as obras em andamento no país. "Se forem obras necessárias, elas serão autorizadas. Mas muitas obras do governo federal, como o PAC e o Minha Casa Minha Vida, são meras peças de retórica".

A aprovação só foi possível após acordo de líderes. O plenário da Câmara aprovou também um projeto do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que instaura os critérios de renda para definir a tarifa social da energia elétrica. Pelo texto, o número de beneficiados aumenta de 15 para 22 milhões. Atualmente, a tarifa social beneficia quem consome menos de 80 kWh/mensais independente da faixa de renda.

Pelas novas regras, segundo o relator, serão beneficiadas famílias que tem renda per capita de até meio salário mínimo.

Os deputados também aprovaram um plano de cargos e salários do DNIT, o que representa um aumento de gastos com pessoal de R\$ 113 milhões/ano.

Infraestrutura: Com orçamento de R\$ 50 bilhões, usina de Belo Monte e trem-bala são os destaques

Mesmo com atrasos do PAC, perspectiva é de grandes obras (Valor Econômico) 17/12/09

Fernando Teixeira e Samantha Maia, de São Paulo

Há quem aponte a proximidade das eleições. Outros, a falta de estrutura no governo federal para aprovar e liberar recursos. O fato é que o balanço do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) mostra que uma quantidade enorme de obras ficará para ser concluída em 2010. Um levantamento encomendado por um grupo de empresas do setor de infraestrutura constatou que, de R\$ 635 bilhões em investimentos do PAC previstos para serem feitos entre 2007 e 2010, R\$ 338 bilhões, foram liberados até agosto deste ano.

Os quase R\$ 300 bilhões que faltam talvez não saiam do papel até o fim do ano que vem, mas a perspectiva de grandes obras movimentando a economia em 2010 é generalizada. Além da definição de megaprojetos como o trem-bala e a usina de Belo Monte, o ano será sacudido pela aproximação da Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, que podem injetar pelo menos mais R\$ 53 bilhões na economia.

Para Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), a previsão é de que os investimentos em 2010 sigam em aceleração. Os desembolsos do BNDES para o setor passaram de R\$ 37,9 bilhões em 2008 para R\$ 55,8 bilhões em 2009 (até outubro). A previsão no BNDES é de que os desembolsos para empresas do ramo de transportes, energia, telecomunicações e saneamento aumentem mais 20% em 2010.

Pelos dados da Abdib, a crise não vai abortar o ciclo de expansão. De R\$ 55 bilhões investidos em infraestrutura em 2003, o cálculo passou para R\$ 106 bilhões em 2008. A projeção é de um gasto total de R\$ 160 bilhões em 2015.

A Associação Brasileira de Tecnologia para Equipamentos para Manutenção (Sobratema), que reúne empresas como Odebrecht, Camargo Corrêa e Vale, encomendou um estudo para prever a demanda por máquinas para construção civil, a chamada "linha amarela", em 2010. Com demanda diretamente ligada ao comportamento dos canteiros de obras, o ramo deve ter um crescimento de 24% nas vendas em 2010, mais do que compensando a queda de 23% projetada para 2009.

Segundo Luiz Fernando Santos Reis, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), os dois projetos mais aguardados pela iniciativa privada em 2010 são a usina hidrelétrica de Belo Monte e o trem-bala Rio-São Paulo, investimentos de R\$ 16 bilhões e R\$ 34 bilhões respectivamente. Belo Monte se destaca não só pelo montante de investimento - empresas preveem até o dobro do valor estimado pelo governo -, mas pela importância no desenvolvimento industrial do país. A usina terá uma potência de 11 GW, aumentando em cerca de 10% a potência instalada nacional. Por não contar com grandes reservatórios, porém, sua geração média deverá ser de 4,5 GW.

"Sem sombra de dúvidas, a usina de Belo Monte será a maior obra do país. A licitação já era esperada para este ano, mas estamos em fase de discussão ambiental. Não está em discussão, porém, a importância da usina para o Brasil. É fundamental que ela seja feita, é um fato consumado", diz Reis.

O trem-bala, por sua vez, é citado pelo empresário como uma obra de possibilidade "mais remota". Segundo ele, a insistência do governo no projeto é o que tem dado segurança de que a obra vai sair, mas há detalhes nebulosos. "Ainda não está clara a viabilidade econômica do projeto." A previsão do governo, que prepara o edital para análise do Tribunal de Contas da União (TCU), é de que o ato seja publicado em fevereiro de 2010, e a licitação, iniciada em maio.

Uma nova rodada de licitações de rodovias também é vista com reservas pelo setor privado, segundo Reis. "Tenho dúvidas se sai no ano que vem." No último balanço do PAC, o governo prevê para abril de 2010 o leilão de três trechos de rodovias federais que cruzam Minas Gerais (BR-040, BR-116 e BR-381). Hoje, o projeto está em análise no TCU e a previsão é de que o edital seja lançado até o fim de fevereiro no ano que vem e a licitação, iniciada em abril.

Reis diz que há uma grande preocupação com o ritmo de execução dos investimentos no setor de transportes. Segundo o Sinicon, a previsão para 2009 era de R\$ 11,4 bilhões de investimentos do Orçamento Geral da União e R\$ 10,7 bilhões do PAC. Até novembro, apenas cerca de 20% tinham sido pagos efetivamente. "O problema hoje nem é tanto conseguir iniciar as obras, mas dar agilidade às que já estão em andamento." Mesmo assim, o dirigente acredita que os investimentos em infraestrutura devem crescer no ano que vem.

Ainda que não esteja previsto no PAC, o Rodoanel leste, com 45 km e um custo estimado em até R\$ 5 bilhões, é o maior projeto em gestação no setor rodoviário. É o mais caro dos trechos do Rodoanel já executados, e só não saiu do papel porque depende da modelagem financeira do negócio, ainda em elaboração no governo. A previsão é de lançar o edital no começo do ano que vem - provavelmente no fim de maio.

A Copa do Mundo deve impulsionar os investimentos em infraestrutura em 2010. Segundo cálculos do Sinicon, serão cerca de R\$ 106 bilhões em obras nas 12 cidades-sede, divididos em estádios (R\$ 6 bilhões), infraestrutura urbana como transporte e saneamento (R\$ 90 bilhões) e aeroportos (R\$ 10 bilhões). "Teoricamente, esses investimentos devem começar no ano que vem para conseguir atender à Copa do Mundo", diz Reis.

O governo federal deve aplicar R\$ 8 bilhões em transportes como veículos leves sobre trilhos (VLT), trens urbanos e metrô. Para os estádios, o BNDES financiará até R\$ 400 milhões por arena. O Rio de Janeiro investirá para receber, além Copa, a Olimpíada de 2016. A previsão é de que apenas em infraestrutura os investimentos cheguem a US\$ 11,1 bilhões, metade desse valor apenas em ferrovias, metrô, ônibus e aeroportos.

Senado derruba indicação pemedebista à ANA (Valor Econômico) 17/12/09

Cristiane Agostine, de Brasília

A indicação de Paulo Rodrigues Vieira, apadrinhado político do senador José Sarney (PMDB-AP), para uma diretoria da Agência Nacional das Águas (ANA) foi vetada ontem no Senado. A votação apertada, com a diferença de um voto, marcou a derrota de pemedebistas que apoiavam a nomeação.

A primeira tentativa de votar a indicação terminou em empate: 23 votos a favor e 23 contra. Nova votação foi iniciada e a maioria vetou o nome de Paulo Vieira: 26 x 25. Vieira tem apoio também do PR e do PTB.

A decisão dos senadores é tomada em decisão secreta, e seus votos não são divulgados. O veto não foi explicado pelos senadores no plenário. Nos corredores, parlamentares da oposição justificavam, reservadamente o veto por dois fatores: a falta de experiência de Vieira na área e a indicação política do PMDB. "Ele não tem a qualificação necessária", disse um senador do PSDB, que pediu para não ser identificado. "Há mais motivos que a falta de conhecimento na área", insinuou um parlamentar do DEM. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), analisou que a indicação "foi mal conduzida" e, já no fim da sessão de ontem, comentou: "Não se pode ganhar todas".

Há uma outra explicação ao veto, como relatou o senador Magno Malta (PR-ES), da base aliada ao governo. Segundo Malta, Vieira foi rejeitado porque não agradava ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Os senadores aprovaram outras duas indicações para a ANA, de Vicente Andreu Guillo e de João Gilberto Lotufo Conejo. Também aprovaram a nomeação de Jarbas Valente para o Conselho Diretor da Anatel; a recondução de Edvaldo Alves de Santana para a direção da Aneel e de Geraldo Lourenço de Souza Neto para diretor do DNIT. Outras aprovações foram de Fernando de Magalhães Furlan e Ricardo Machado Ruiz para o conselho do Cade e de Alexsandro Broedel Lopes, diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Em julho deste ano, a motivação política também fez com que senadores vetassem uma indicação para a ANA. Bruno Pagnoccheschi, engenheiro com sólida formação na área ambiental e de recursos hídricos foi rejeitado depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que "os senadores são todos bons pizzaiolos". O Senado enfrentava o auge da crise, que marcou a Casa neste ano.

Expansão da Gasmig (Valor Econômico) 17/12/09

A distribuidora de gás mineira Gasmig irá investir R\$ 108 milhões em 2010 para a conclusão de um programa de investimentos de R\$ 1 bilhão. Até o fim do próximo ano a empresa deverá mais que dobrar a rede de distribuição de gás natural, indo de 407 quilômetros para 860 quilômetros.

Produção de riquezas na RMC é maior que a média nacional (Correio Popular) 17/12/09

Campinas entrou pela 1ª vez no ranking das dez cidades mais ricas do Brasil

Maria Teresa Costa
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
teresa@rac.com.br

A produção de riquezas na Região Metropolitana de Campinas (RMC) cresceu acima da média nacional e atingiu R\$ 70,7 bilhões em 2007, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou ontem os valores do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios brasileiros. A RMC teve crescimento real de 7,9%, acima da média nacional de 6,1% e da paulista, de 7,4%. O bom desempenho da economia, especialmente do setor de serviços, fez Campinas entrar para o ranking dos dez municípios mais ricos do Brasil e passou a ocupar o terceiro lugar no ranking paulista.

A força econômica da região está no setor de serviços, que respondeu por metade das riquezas geradas na RMC. Os serviços foram responsáveis por R\$ 35,1 bilhões, seguido da indústria, com R\$ 22 bilhões e o setor agropecuário com apenas R\$ 448 milhões, segundo o IBGE.

O crescimento do setor de serviços, segundo o economista e diretor da Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp), Gustavo Zimmermann, é uma realidade das economias desenvolvidas. "Quanto mais desenvolvimento econômico, maior é o setor de serviços. E não estávamos falando de serviço de vigilância, de domésticas, mas de serviços de comunicação, serviços bancários, logísticas", disse. Ele afirmou que a região de Campinas concentra uma indústria de alta tecnologia, e embora no emprego na indústria tenha diminuído, houve um aumento do PIB industrial. "Perdemos há anos a Mercedes, mas veio para cá a indústria de informática, que gera cinco vezes mais Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)", disse.

Para ele, o fato de metade do PIB da RMC vir dos serviços é um dado importante e auspicioso. "Nos EUA, o maior PIB vem justamente desse setor", informou. Zimmermann observou que os setores em franco crescimento na região são o

de energia elétrica — que além da CPFL trouxe para a região a Electra — e também o de logística, atraído pelo Aeroporto Internacional de Viracopos.

A região tem cinco municípios com maior PIB de serviços: Campinas é o 12 município em maior valor agregado pelo setor, enquanto Paulínia ocupa o 60 lugar no ranking nacional, Americana está 78, Hortolândia em 85 e Sumaré em 92. Entre os dez maiores municípios do Estado, São Paulo, São Bernardo do Campo e Ribeirão Preto mantiveram suas posições em termos de valor adicionado dos serviços. Barueri, Guarulhos, Campinas, São José dos Campos e Santos perdem uma posição. Osasco e Jundiaí subiram três posições.

Participação

Segundo a Fundação Seade, assim como ocorreu em 2006, São Paulo, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, Guarulhos e Campinas permaneceram, em 2007, como os cinco municípios com maior participação na geração do valor adicionado industrial do Estado, respondendo, juntos, por quase 40% desse valor. A principal alteração nesse conjunto foi o avanço de São José dos Campos em uma posição, enquanto Guarulhos recuou uma posição. São Paulo, sede do maior parque industrial da América Latina, tem importante atuação em diversos ramos da indústria de transformação e manteve-se na primeira colocação.

Sete se destacam no ranking

Sete cidades da região estão entre os cem maiores PIB brasileiros: Campinas (10) Paulínia (60), Sumaré (67), Americana (77), Indaiatuba (95) e Hortolândia (97). No ranking dos 30 maiores municípios do Brasil em 2007, 12 são do Estado de São Paulo. Entre os dez primeiros em 2006, Guarulhos e Barueri perderam posição no ranking nacional de 2007, passando das 8 e 9 posições para a 9 e 13, respectivamente. Santo André e Ribeirão Preto também perderam uma colocação: o 1 passou do 24 para o 25 lugar e, o 2, de 25 para o 26. Entre os municípios que mostraram ascensão, Campinas entrou para o ranking dos dez maiores municípios brasileiros e, Sorocaba, para o ranking dos 30. São Bernardo do Campo passou de 15 para a 12 posição, Osasco da 18 para a 14, Santos da 20 para a 19, São José dos Campos da 22 para a 21 e Jundiaí da 27 para a 23. Conforme a Fundação Seade, o ranking dos 20 maiores municípios do Estado em 2007 mostra mudanças em relação a 2006. Campinas e São Bernardo avançaram uma posição em função do recuo de Barueri da 3 para a 5 posição. Já o município de Santo André perdeu uma colocação, passando do 9 para o 10 lugar. Outro destaque é Jundiaí, que subiu da 11 para a 9 posição. (MTC/AAN)

MÁQUINA PÚBLICA

Cerca de um terço dos municípios brasileiros continua dependente da administração pública como motor principal de suas economias. Dados do IBGE mostram que 1.881 das 5.564 cidades brasileiras estão nessa condição. Em Uiramutã (RR), 80,1% da economia local é dependente da máquina administrativa. Naquele Estado, a administração pública teve peso superior a 39,7% em todos os municípios. No Amapá, esse peso foi evidente em 38,6% das cidades. No total do PIB brasileiro de 2007, a máquina pública teve participação de 13,3%. (Da Folhapress)

A FRASE

“Quanto mais desenvolvimento econômico, maior é o setor de serviços.”

GUSTAVO ZIMMERMANN
Economista

Contratações comprovam o reaquecimento da economia (Correio Popular) **17/12/09**

Foram criados 6.303 postos de trabalho na Região Metropolitana de Campinas
Renan Magalhães
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
renan.santos@rac.com.br

Os números do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) comprovam mais uma vez que o reaquecimento da economia regional está provocando a geração de empregos. Na Região Metropolitana de Campinas (RMC), foram 6.303 contratações no mês — alta de 528,2% em relação ao 11 mês de 2008 —, quantidade que qualifica o período como o melhor novembro nos últimos sete anos. Além disso, Campinas foi a segunda maior cidade do Estado em contratações, ficando atrás apenas da Capital.

Enquanto em novembro de 2008, a Região registrava 1.472 demissões e indicava um período de forte crise econômica, agora a situação é inversa. A expansão também ocorre em relação a outubro, em cerca de 50%, quando foram contabilizadas 4,6 mil contratações.

O coordenador do Departamento de Economia da Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) e assessor da Secretaria Municipal de Emprego e Renda, Laerte Martins, aponta que os dados de emprego estão cada vez mais próximos do patamar pré-crise. “Eles refletem que a recuperação de fato está acontecendo. São números convincentes.”

Mas assim como aconteceu nos últimos meses de recuperação econômica, a disparidade na comparação entre o acumulado do ano até agora em relação ao mesmo período do ano passado ainda é grande. De janeiro a novembro de 2009, foram gerados 27.512 postos de trabalho, enquanto nesse período em 2008 a soma era de 47.876. “Até agora, nós estamos 42,5% abaixo do número de empregos gerados no ano passado”, avalia.

O comércio foi o principal impulsionador da empregabilidade em novembro. O setor contratou 2.442 pessoas — uma expansão de 69,8% em relação aos 1.438 contratados no período em 2008. A indústria também se destacou no mês, com a criação de 2.077 vagas. Já no ano passado, era esse setor um dos mais prejudicados na economia, no qual houve um déficit de 4.646 postos de trabalho. A construção civil teve expansão de 45,7%, com a contratação de 459 trabalhadores no mês passado.

O setor de serviços foi um dos destaques negativos desse balanço. Apesar de contratar 1.351 trabalhadores, foi registrada uma queda de 20,9% em relação à quantidade de contratações no período em 2008. Já a agropecuária fechou o mês com 173 demissões. O saldo é 34% melhor do que em novembro de 2008, quando foram demitidos 262 trabalhadores. O dado permaneceu negativo em função da característica do mercado nessa época do ano.

Destaque

A cidade de Campinas foi um dos destaques em relação às contratações no mês de novembro. O município admitiu 2.231 trabalhadores e expandiu as contratações em 229,1% em comparação com novembro de 2008, quando ocorreram 678 contratações. Com isso, Campinas ficou atrás apenas dos números da Capital no Estado — São Paulo contabilizou 27.715 novas vagas.

Somente levando em consideração os dados relativos ao comércio, a cidade gerou 1.090 vagas e cresceu 38,7% em comparação com novembro passado. A construção civil foi o setor com expansão mais forte no município: 310,6%. O índice representa a geração de 141 vagas.

O NÚMERO

246.695 EMPREGOS FORMAIS

É o saldo gerado no mês de novembro no País. O resultado é recorde e corresponde a cinco vezes mais que a média de vagas criadas em novembro nos últimos cinco anos.

PLANO VERÃO (Correio Popular – Caderno C/ Societá) 17/12/09

O vice-presidente de Distribuição da CPFL Energia, Hélio Viana Pereira, apresentou na última terça-feira os investimentos feitos pela companhia, com vistas a chegada do Verão. Ela investiu ao longo do ano, R\$ 215 milhões no sistema elétrico das 234 cidades de sua área de atuação no Interior paulista.

Conta de luz social será definida pela renda familiar (Estadão Online 20:16h) 16/12/09

RENATO ANDRADE - Agencia Estado

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados aprovou no início da noite de hoje um projeto de lei que amplia o número de beneficiários da chamada tarifa social de energia elétrica. De acordo com o relator da proposta, deputado Carlos Zaratini (PT-SP), o critério para a concessão do benefício passará a ser a renda do consumidor e não apenas o volume de energia consumido, como é atualmente.

A tarifa social foi criada em 2002 e dá um desconto na conta de luz das pessoas com consumo mensal inferior a 80 kWh, independente da faixa de renda. Com a aprovação do projeto, o benefício passará a ser concedido para as famílias com renda de até meio salário mínimo, o que deve ampliar de 15 milhões para 22 milhões o número de famílias beneficiadas.

Haverá também três faixas de desconto. Para as residências com consumo mensal de até 30 kWh, o desconto será de 65% no valor da conta. Se o consumo ficar entre 31 e 100 kWh, o abatimento será de 40%. Entre 101 e 200 kWh, os consumidores terão um desconto de 10%. Segundo Zaratini, dentro de um prazo de dois anos, a tarifa social passará a considerar apenas a renda das famílias, evitando assim distorções como o oferecimento do desconto para pessoas de renda mais alta que têm consumo baixo de energia em suas casas. O projeto agora segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Senado aprova 4 indicações para agências e rejeita 1 (Estadão Online 17:57h) 16/12/09

ROSA COSTA - Agencia Estado

BRASÍLIA - O plenário do Senado aprovou hoje três nomes indicados pelo presidente da República para cargos em agências reguladoras e um para o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (DNIT): 1) de Jarbas Valente para integrar o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); 2) de Vicente Andreu Guillo para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA); 3) de Edvaldo Alves de Santana para um segundo mandato de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e 4) de Geraldo Lourenço de Souza Neto para diretor do DNIT.

O plenário do Senado rejeitou, no entanto, por 26 votos a 25, a indicação de Paulo Rodrigues Vieira para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Vieira havia sido indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para substituir Benedito Pinto Ferreira Braga na direção da agência.

A decisão dos senadores é tomada em decisão secreta, e seus votos não são divulgados. O senador Magno Malta (PR-ES), que é da base aliada ao governo e disse que votou a favor da indicação, afirmou que o nome de Vieira foi rejeitado porque "não agradava ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, mas é um homem de bem."

Divulgados novos índices de interrupção de energia (CanalEnergia) 16/12/09

Limites valem a partir do próximo dia 1º de janeiro. Distribuidoras que descumprirem terão que compensar consumidor no mês seguinte à apuração

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica divulgou os novos índices de interrupção de energia em áreas urbanas (DIC, FIC e MIC). Os valores valem a partir do próximo dia 1º de janeiro. De acordo com a Aneel, caso as distribuidoras não cumpram os limites, elas terão que compensar diretamente os consumidores afetados, por meio de desconto na fatura do mês subsequente à apuração dos índices.

Na última terça-feira, 15 de dezembro, a diretoria da agência aprovou a revisão dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico (Prodist). Os consumidores que desejarem checar os limites mensais dos indicadores deverão checar a nova versão do módulo 8 do Prodist, além da resolução que determina os índices de DEC e FEC de sua distribuidora.

PPS contesta no STF retomada de obras de Angra 3 (CanalEnergia) 16/12/09

Partido alega que resolução que determina retomada da construção não encontra fundamento jurídico

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O Partido Popular Socialista (PPS) questionou no Supremo Tribunal Federal a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3 (RJ, 1.350 MW). O partido afirma que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) não estaria autorizado a determinar o reinício das obras da usina. A legenda pede medida cautelar para suspender o retorno das obras até a análise do mérito da causa no STF.

O PPS alega que a resolução que determina a retomada das obras não encontra fundamento jurídico, na medida em que a Constituição determina que usinas nucleares só podem ser instaladas em locais definidos por lei federal. Em sua

contestação, o partido destaca ainda que outro dispositivo constitucional prevê a competência do Congresso Nacional para aprovar iniciativas do poder Executivo referentes às atividades nucleares.

AGU assegura licença de instalação de Jirau (CanalEnergia) 16/12/09

Juízo da 3ª Vara Federal de Porto Velho (RO) rejeita pedido do MP e determina extinção de processo Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Advocacia-Geral da União derrubou na última terça-feira, 15 de dezembro, a ação proposta pelo Ministério Público de Rondônia contra a concessão da licença de instalação da UHE Jirau. O MPF alegou que o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Roberto Messias Franco, praticou ato de improbidade ao emitir a LI.

O juízo da 3ª Vara Federal de Porto Velho (RO) rejeitou o pedido do MP e determinou a extinção do processo. "Nada evidencia exorbitância legal quanto à expedição das licenças ambientais", concluiu a seção judiciária de Rondônia. De acordo com a Justiça, a emissão das licenças ambientais independe de conclusão do estudo de impacto ambiental.

CPFL Energia vai investir R\$ 768 milhões em parques eólicos (CanalEnergia) 16/12/09

Empresa comercializou a energia de sete empreendimentos durante leilão de reserva da fonte Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A CPFL Energia vai investir aproximadamente R\$ 768 milhões nos sete parques eólicos viabilizados no leilão de reserva da fonte realizado na última segunda-feira, 14 de dezembro. A informação é do vice-presidente financeiro do grupo, José Antonio de Almeida Filippo, em entrevista à Agência CanalEnergia. Os parques, que comercializaram 78 MW médios, ficam no Rio Grande do Norte. O montante de energia vai gerar receita anual de R\$ 100 milhões para o grupo.

O maior fator de surpresa do leilão foi o preço, que ficou em média em R\$ 148,39 por MWh. Mas a CPFL conseguiu comercializar a energia por R\$ 150/MWh. De acordo com Filippo, o valor alcançado reflete o ambiente criado para a realização do leilão. "O preço reflete nossa disciplina e os parâmetros que buscávamos", disse o executivo, acrescentando que foram considerados aspectos como financiamento, custos dos equipamentos e da conexão.

Agora a CPFL Energia parte para a fase de tornar realidades seus primeiros projetos eólicos. A empresa já tem pré-contratos e propostas de fornecedores, que dependiam apenas do sucesso no leilão. "Estamos satisfeito com esse resultado porque conseguimos confirmar um investimento em um segmento que a muito buscávamos entrar", observou Filippo. Ele salientou que será necessário confirmar as previsões de custo do projeto e do tamanho do financiamento.

Filippo não descartou novos investimentos em geração eólica seja via aquisições de projetos existentes e ou greenfields. Ele disse que a diversificação de áreas de investimento não tira a empresa do foco dos projetos hidrelétricos, como Belo Monte, previsto para ser licitado no primeiro trimestre de 2010.

Celesc PNB encerra com baixa de 6,24% (CanalEnergia) 16/12/09

Terna Participações UNT fecha em alta de 0,27%. IEE chega aos 24.044 pontos em baixa de 2,16% Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Celesc PNB encerrou em baixa de 6,24% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 16 de dezembro. Outras ações também fecharam com resultados negativos, como a Eletrobrás PNB (-3,60%) e a Transmissão Paulista PN (-3,00%). A Terna Participações UNT foi a única ação do Índice de Energia Elétrica que fechou com alta, em 0,27%. O IEE chegou aos 24.044 pontos com baixa de 2,16%. O Ibovespa também encerrou em baixa, com -0,99%, aos 68.622 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -0,51%
AES Tietê PN: -1,47%
Celesc PNB: -6,24%
Cemig PN: -2,69%%

Cesp PNB: -1,88%
Coelce PNA: -2,02%
Copel PNB: -0,79%
CPFL Energia ON: -2,92%
Eletrobrás PNB: -3,60%
Energias do Brasil ON: -1,74%
Equatorial ON: -1,97%
Light ON: -2,59%
MPX Energia ON: -1,29%
Tractebel ON: -2,87%
Terna Participações UNT: 0,27%
Transmissão Paulista PN: -3,00%

AES Tietê tem novo diretor de Financeiro e de RI (*CanalEnergia*) 16/12/09

Rinaldo Pecchio Junior é nomeado para o cargo. Executivo possui 24 anos de experiência na área financeira
Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

A AES Tietê anunciou a nomeação de Rinaldo Pecchio Junior para o cargo de diretor Financeiro e de Relações com Investidores. O executivo possui 24 anos de experiência na área financeira, sendo que nos últimos seis anos atuou como diretor Financeiro em companhias dos setores de embalagem e elétrico.

Trabalhador poderá investir em fundo de infraestrutura do FGTS (*CanalEnergia*) 16/12/09

Para Paulo Godoy, presidente da Abdib, a medida torna-se muito importante devido a perspectiva de aumento nos investimentos do setor
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O Conselho curador do FGTS aprovou na última terça-feira, 15 de dezembro, a criação do Fundo de Investimento em Cotas (FIC-FGTS), que vai permitir ao trabalhador investir até 30% dos recursos disponíveis em sua conta vinculada. De início, segundo o ministério do Trabalho e Emprego, estarão disponíveis R\$ 2 bilhões em cotas do FI-FGTS para aquisição por parte dos trabalhadores.

O FI-FGTS, instituído pela Lei 11.491/07, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, prevê a aplicação de até 80% do patrimônio líquido do FGTS em obras de infraestrutura urbana nas áreas de ferrovia, rodovia, energia, saneamento e portos. Para Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da infraestrutura e Indústrias de Base, a medida torna-se muito importante diante do contexto que a infraestrutura vive: perspectiva de crescimento dos investimentos no setor, de R\$ 106 bilhões por ano em 2008 para R\$ 160 bilhões por ano em 2015.

"O grande desafio do Brasil para ampliar a infraestrutura na velocidade que a economia e a sociedade passam a exigir é estruturar financiamento em volume suficiente e em condições competitivas para suportar a perspectiva de crescimento dos investimentos", afirmou Godoy.

Reservatórios do Norte atingem 52,5% do volume armazenado (*CanalEnergia*) 16/12/09

Hidrelétrica de Tucuruí opera com 35,59% da capacidade, segundo dados do ONS
Da Agência CanalEnergia, Notícias

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 35,59% da capacidade, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última terça-feira, 15 de dezembro. O nível dos reservatórios do Norte está com 52,5% do volume. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 72,2% da capacidade, mantendo-se estáveis. O índice está 48,7% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Billings e Miranda operam com 83,76% e 43,26%, respectivamente.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 62,2% do volume, mantendo-se estáveis. O índice está 38,8% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Sobradinho trabalha com 62,83% da capacidade.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios está em 96,7%, com baixa de 0,1%. O índice está 76,8% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Barra Grande registra 95,51% da capacidade de armazenamento.

Submercado Norte - Os reservatórios registram 52,5% do volume acumulado, com alta de 0,2%. A hidrelétrica de Tucuruí opera com 35,59% da capacidade.

Lula prepara tática que será adotada em Copenhague (CanalEnergia) 16/12/09

Pronunciamento do presidente brasileiro está previsto para a próxima quinta-feira, 17
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na manhã desta quarta-feira, 16 de dezembro, em Copenhague, com integrantes da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas para acertar a tática que será adotada nas reuniões de alto nível que começam hoje. O Brasil é um dos países que lideram as articulações do G77 - grupo de nações pobres e em desenvolvimento - para tentar fechar um acordo até a próxima sexta-feira, 18, que prorrogue até 2020 o Protocolo de Quioto.

O tratado impõe aos países ricos a responsabilidade pelas emissões históricas de gases de efeito estufa. Os negociadores brasileiros que saíram da primeira reunião do dia com Lula admitiram que a última e decisiva etapa da conferência começa no mais absoluto impasse. Ainda hoje, o presidente Lula vai se reunir com o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, e com o presidente francês, Nicolas Sarkozy. O pronunciamento de Lula na conferência está previsto para a próxima quinta-feira, 17.

A ministra da Casa Civil e chefe da delegação brasileira em Copenhague, Dilma Rousseff, revelou que os países ricos desejam repartir em fatias praticamente iguais as contribuições de países ricos e de nações em desenvolvimento para o fundo de combate ao aquecimento global. A ministra afirmou que os países ricos tentam aprovar uma proposta que fixa a participação dos emergentes em 20% do total dos recursos e a das nações desenvolvidas, em 25%. A parcela restante seria preenchida com dinheiro privado.

"Somos a favor de compromissos comuns, mas diferenciados. Esses países têm 200 anos de desenvolvimento e de acúmulo de riqueza, por isso não concordamos", disse Dilma. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, complementou: "Daqui a pouco os Estados Unidos vão dizer que são um país em desenvolvimento". De acordo com Dilma, o fundo deverá receber entre US\$ 200 bilhões e US\$ 210 bilhões em 2030.

Nesta quarta-feira, 16, a presidente da COP 15, Connie Hedegaard, renunciou ao cargo. Ela vinha sendo acusada por representantes de países em desenvolvimento de querer beneficiar países ricos nas negociações. Ela será substituída pelo primeiro-ministro da Dinamarca, Lars Lokke Rasmussen. As informações são da Agência Brasil.

Brasil e Peru querem acordo sobre hidrelétricas em 60 dias (CanalEnergia) 16/12/09

Estão em estudos cinco projetos com 6 mil MW de capacidade instalada e previsão de investimentos da ordem de US\$ 15 bilhões

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

Os presidentes de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e Peru, Alan García, deram 60 dias para os seus respectivos ministérios de Minas e Energia fecharem um projeto de acordo para ser firmado sobre a construção de hidrelétricas em território peruano para abastecer o mercado brasileiro. Os mandatários ratificaram, em comunicado conjunto emitido durante a visita de Lula ao país vizinho no fim de semana, o compromisso para implantar as usinas. Estão sendo estudados cinco hidrelétricas com potência instalada de 6 mil MW, que devem receber investimentos de US\$ 15 bilhões.

CCC e CDE: transmissoras pagam R\$ 47 milhões referentes a outubro (CanalEnergia) 16/12/09

Aneel também definiu quotas do Proinfra para fevereiro, que totalizam R\$ 12,317 milhões
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

As transmissoras Cteep, Furnas, Cemig, Celg, Copel, CEEE, Chesf, Eletronorte e SMTE pagarão um total de R\$ 47 milhões de quotas da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis e da Conta de Desenvolvimento Energético referentes ao mês de outubro passado. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica, os valores devem ser recolhidos até o próximo dia 30 de dezembro. De acordo com despacho 4.626 publicado no Diário Oficial da União da última terça-feira, 15 de dezembro, as quotas fixadas pela agência valem para empresas que atendem consumidores livres e/ou autoprodutor com unidades de consumo conectadas às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

A Aneel definiu ainda as quotas de custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica às mesmas transmissoras para o próximo mês de fevereiro. Ao todo, as mesmas empresas pagarão R\$ 12,317 milhões, que deverão ser recolhidos até o próximo dia 10 de janeiro.

Aberta chamada pública para compra de energia da CGTEE (CanalEnergia) 16/12/09

No total serão disponibilizados seis produtos com quantidades máximas entre 39 MW médios e 292 MW médios. Leilão acontece na próxima sexta-feira, 18
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A CGTEE abriu chamada pública para a compra de energia para o período compreendido entre janeiro e junho de 2010, no submercado Sudeste/Centro-Oeste ou Sul. O leilão será realizado na próxima sexta-feira, 18 de dezembro, a partir das 13:30 horas. No total serão disponibilizados seis produtos com quantidades máximas que variam entre 39 MW médios e 292 MW médios cada. Os participantes poderão realizar propostas nas seguintes quantidades: 30, 39, 50, 94, 100, 174, 200 ou 292 MW médios.

De acordo com o edital, a companhia definirá, ao final do certame, a quantidade a ser contratada pelos vencedores. O termo de adesão deverá ser encaminhado para o fax (51) 3287-1532 até às 17 horas da próxima quinta-feira, 17. O resultado será divulgado no mesmo dia do leilão, às 17 horas. Para ter acesso ao edital, clique aqui. Veja abaixo o prazo de fornecimento de cada um dos produtos e a quantidade máxima negociada:

Produto 1: 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (292 MW médios)
Produto 2: 1º de fevereiro de 2010 a 28 de fevereiro de 2010 (292 MW médios)
Produto 3: 1º de março de 2010 a 31 de março de 2010 (292 MW médios)
Produto 4: 1º de abril de 2010 a 31 de abril de 2010 (174 MW médios)
Produto 5: 1º de maio de 2010 a 31 de maio de 2010 (94 MW médios)
Produto 6: 1º de junho de 2010 a 30 de junho de 2010 (39 MW médios)

Light ON opera em queda de 1,20% (CanalEnergia) 16/12/09

IEE alcança os 24.560 pontos com baixa de 0,06%. Já o Ibovespa chegou aos 69.431 pontos e registrou alta de 0,17%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Light ON opera em queda de 1,20% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 16 de dezembro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Celesc PNB (-1,18%), acompanhada da Copel PNB (-0,77%). A Eletrobrás PNB opera em alta de 3,25%, acompanhada pela AES Eletropaulo PNB (1,28%) e CPFL Energia ON (0,83%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 24.560 pontos com baixa de 0,06%. Já o Ibovespa chegou aos 69.431 pontos e registrou alta de 0,17%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,28%
AES Tietê PN: 0,74%
Celesc PNB: -1,18%
Cemig PN: -0,53%
Cesp PNB: 0,43%
Coelce PNA: 0,27%
Copel PNB: -0,77%
CPFL Energia ON: 0,83%
Eletrobrás PNB: 3,25%

Energias do Brasil ON: -0,46%
Equatorial ON: -0,28%
Light ON: -1,20%
MPX Energia ON: 0,13%
Tractebel ON: -0,31%
Terna Part UNT: 0,11%
Transmissão Paulista PN: 0,18%

Aneel fixa quota anual da CDE em R\$ 2,960 bilhões para 2010 (*CanalEnergia*) 16/12/09

Agência ainda definiu os valores para o Uso do Bem Público, que fechou em R\$ 233,188 milhões para o ano que vem Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica fixou a quota anual de 2010 da Conta de Desenvolvimento Energético em R\$ 2,960 bilhões. Desse total, as distribuidoras pagarão a maior parte, cerca de R\$ 2,811 bilhões. As transmissoras e cooperativas permissionárias pagarão R\$ 142,524 milhões e R\$ 6,294 milhões, respectivamente. A agência também fez previsões dos valores da CDE para os anos de 2011, 2012 e 2013. Os montantes serão, respectivamente, de R\$ 3,453 bilhões, R\$ 3,759 bilhões e R\$ 4,014 bilhões.

A Aneel ainda definiu os valores para o Uso do Bem Público, que fechou em R\$ 233,188 milhões para 2010. Segundo a agência, os valores estabelecidos nos contratos de concessão foram atualizados com base no IGP-M acumulado até setembro de 2009, exceto para as usinas de Baguari, Batalha, Simplício, Passo São João, Foz do Rio Claro, São José, Retiro Baixo, Mauá, Dardanelos, Santo Antônio e Jirau, que foram atualizados com base no IPCA acumulado, também até setembro de 2009.

CCEE conclui liquidação financeira do MCP de outubro (*CanalEnergia*) 16/12/09

Montante total levado à liquidação foi de R\$ 151.647.003,30 e o total liquidado foi de R\$ 84.962.589,16. Inadimplência é de três agentes

Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica divulgou na última terça-feira, 15 de dezembro, os resultados da liquidação financeira relativa às operações realizadas no mercado de curto prazo no mês de outubro. O montante total levado à liquidação foi de R\$ 151.647.003,30 e o total liquidado foi de R\$ 84.962.589,16. Participaram desta liquidação 977 agentes, sendo 187 devedores e 790 credores.

A diferença de R\$ 66.684.414,14 corresponde à inadimplência acumulada no MCP até o mês de outubro. Segundo a CCEE, este montante se origina em apenas três agentes. A Câmara afirmou que está adotando todas as medidas cabíveis em relação à questão.

Copel aprova programa de investimentos de R\$ 1,342 bilhão para 2010 (*CanalEnergia*) 16/12/09

Somente em geração e transmissão, companhia pretender aportar recursos da ordem de R\$ 499,7 milhões Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Copel informou que aprovou para 2010 seu programa de investimentos no valor de R\$ 1,342 bilhão. De acordo com a companhia, serão investidos em geração e transmissão um montante de R\$ 499,7 milhões e na distribuição, R\$ 761,8 milhões. Dos aportes em geração, a empresa vai aplicar R\$ 323,3 milhões na hidrelétrica de Mauá. A Copel disse também que nestes valores não estão incluídos investimentos em possíveis aquisições, em projetos de geração e transmissão advindos de futuras licitações.

Lobão e Chipp falam sobre apagão na Câmara dos Deputados (*CanalEnergia*) 16/12/09

Parlamentares querem esclarecimentos sobre o andamento das investigações. A reunião ocorre às 14 horas desta quarta-feira, 16

Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

As comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Minas e Energia; e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados realizam nesta quarta-feira, 16 de dezembro, uma audiência pública para discutir as causas e consequências do apagão, ocorrido no último mês de novembro. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Hermes Chipp, foram convidados para o debate, proposto pelos deputados Vanderlei Macris (PSDB-SP), Bernardo Ariston (PMDB-RJ) e Albano Franco (PSDB-SE). Os parlamentares querem esclarecimentos sobre o andamento das investigações das causas do apagão. A audiência está prevista para às 14 horas.

Aneel mantém multa a duas geradoras (*CanalEnergia*) 16/12/09

Alcon foi penalizada por operar com unidades geradoras sem autorização da agência. Perdizes Energética descumpriu cronograma de implantação de PCH

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica manteve as multas das geradoras Companhia do Álcool Conceição da Barra (Alcon) e Perdizes Energética, que recorreram de multas aplicadas pela fiscalização da agência. Com as decisões, foi mantida multa de R\$ 11.592,62 aplicada à Alcon por operar com unidades geradoras na termelétrica de mesmo nome sem autorização da Aneel. Já a Perdizes Energética terá que pagar multa aplicada pelo descumprimento do cronograma de implantação da pequena central hidrelétrica Lajinha.

Pro Teste: conta de luz pré-paga prejudica consumidor (*CanalEnergia*) 16/12/09

Associação enviou carta a Aneel contra a aprovação da regulamentação

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Pro Teste, associação de consumidores, enviou carta para a Agência Nacional de Energia Elétrica contra a aprovação da regulamentação que contempla a conta pré-paga de luz, que é defendida pelas distribuidoras por reduzir o risco de inadimplência no setor. Segundo a associação, os consumidores de baixa renda serão os mais prejudicados por correrem o risco de ficarem sem luz a qualquer momento.

"É uma forma da empresa se livrar da inadimplência num serviço público essencial, que não poderia sofrer corte de fornecimento", alerta Maria Inês Dolci, coordenadora Institucional da Pro Teste. Atualmente, o faturamento pré-pago para a energia elétrica é adotado por algumas concessionárias mediante autorizações de caráter experimental concedidas pela Aneel. A Ampla, que fornece energia para Niterói e outros 65 municípios do interior do Rio de Janeiro, utiliza o sistema há quase quatro anos.

A Aneel aprovou no último dia 9 de dezembro um novo regulamento que aprimora a Resolução número 082/2004, referente ao atendimento com redes de energia elétrica nos loteamentos urbanos e nos parcelamentos situados em zonas habitacionais de interesse social e populares. O regulamento inclui a energia pré-paga. Para a Pro Teste, a energia pré-paga atenta contra a legislação em vigor, e fere o Código de Defesa do Consumidor (CDC) por deixar os consumidores em situação de vulnerabilidade.

O sistema do pré-pago é oferecido, segundo a associação, com o argumento de que possibilita ao consumidor o controle dos gastos com energia elétrica. Porém, também permite a interrupção automática do abastecimento ao final dos créditos adquiridos. Para o fornecimento de uma quantidade mínima de quilowatts/mês (40 kWh), o consumidor precisa comprar um cartão com créditos. Quando o crédito estiver no final (48 horas antes), o consumidor recebe um aviso, por celular, informando-o de quanta energia ainda dispõe. Quinze dias após o final do crédito, sem a compra de outro cartão, o fornecimento da energia é cortado. A proposta só é válida para os endereços com medição eletrônica de consumo.

Segundo a Agência, com o sistema de pré-pagamento, o fornecimento de energia elétrica é adquirido antecipadamente por cada consumidor e os créditos são carregados em cartões inteligentes, de uso individual, que possibilitam tanto a transferência dos créditos para o medidor, como a coleta das informações neles armazenadas.

SINDICAL

Em Copenhague (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por Luiz Carvalho

CUT e movimentos sociais destacam problemas no acordo de Redução de Emissões por Desmatamento; CSA divulga apoio ao Fundo de Adaptação

Trabalhadores cobram responsabilidadeAs discussões na 15.^a Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 15), em Copenhague, Dinamarca, continuam nesta quarta-feira (16). A expectativa é que o documento final com a posição dos governos de 192 países sobre a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa saia na noite desta quinta-feira (17).

Alguns pontos, porém, preocupam a CUT - presente na COP 15 - e outras entidades representativas dos movimentos sociais, como o risco da inclusão do princípio da compensação nas discussões sobre a REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação)

Em nota divulgada nesta quarta, quatorze entidades brasileiras alertam sobre o risco de incluir o mercado nas negociações de REDD e defendem "que a questão fundiária e o reconhecimento jurídico dos territórios dos povos e comunidades tradicionais são o principal desafio a ser enfrentado" para frear o desmatamento.

Leia abaixo a nota dos movimentos sociais e a nota da CSA sobre as negociações em Copenhague:

As negociações sobre REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) começam a caminhar para definições que poderão ter grandes repercussões sobre a vida das populações tradicionais que vivem nas florestas no Brasil e em outros países. No caso do Brasil as negociações sobre REDD são cruciais já que grande parte das emissões do país é proveniente do desmatamento.

Vemos com muita preocupação a tendência à inclusão do mercado na agenda das negociações de REDD. Para serem efetivas no combate aos desmatamentos e para contribuírem para o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais as negociações da COP15 devem estar ancoradas centralmente no debate sobre compromissos e financiamentos públicos e dos governos, ao invés de se transferir para a esfera privada, que já se revelou um fracasso para a vida no planeta, as ações de redução dos desmatamentos.

É muito preocupante o risco de inclusão do princípio da compensação, mesmo que atrelado a pequenas cotas e a baixos percentuais porque tal princípio, se incluído, eximiria os países do Norte de assumirem suas responsabilidades pelas emissões históricas e de cumprirem compromissos de redução de emissões compatíveis com estas responsabilidades.

Somos também explicitamente contrários à inclusão dos níveis subnacionais entre os atores das negociações e financiamentos de REDD. O nível federal deve ser o agente negociador e receptor de fundos, sendo ele o responsável pela alocação dos recursos de acordo com as prioridades políticas nacionais.

Em outubro de 2009, cinquenta organizações e movimentos sociais brasileiros subscreveram a Carta de Belém onde afirmam a necessidade de políticas e fundos públicos, voluntários e abrangentes, que reconheçam a contribuição que as populações tradicionais têm a dar no sentido da preservação e uso sustentável das florestas, e da convivência entre produção e preservação. Afirmando que a questão fundiária e o reconhecimento jurídico dos territórios dos povos e comunidades tradicionais são o principal desafio a ser enfrentado para um combate efetivo aos desmatamentos, a Carta de Belém rechaça os mecanismos de mercado e de compensação nas negociações de REDD.

16 de novembro de 2009,

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
Comissão Quilombola do Sapê do Norte - Espírito Santo
CUT - Central Unica dos Trabalhadores
FASE – Solidariedade e Educação
FAOR - Fórum da Amazônia Oriental
INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
Marcha Mundial das Mulheres
MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MST - Movimento dos Sem Terra
REBRIP – Rede Brasileira Pela Integração dos Povos

Posição da CSA em Copenhague - Por um acordo a altura da necessidade

A delegação sindical da América Latina, representada pela Confederação Sindical dos Trabalhadores da América (CSA), observa com grande preocupação o fato de que a poucos dias do encerramento da COP 15 as partes possam firmar um acordo que não reflète a posição do sindicalismo internacional, expressa na própria Declaração da Confederação Sindical Internacional (CSI).

Diante deste quadro, continuamos apoiando o texto base apresentado pelo governo da Argentina para o parágrafo da transição direta/trabalho decente, mas não obstante, reconhecemos a necessidade de contextualizar a situação atual de que este não garante os avanços necessários no sentido de promover a justiça social e climática. O parágrafo somente será aplicado plenamente se no dia 18 de dezembro alcançarmos um acordo ambicioso que comprometa os envolvidos.

Isto se traduz na necessidade de garantir neste acordo 40% da redução eficaz das emissões – com mudanças nos padrões de produção e consumo nos países do Anexo 1 e em um compromisso dos países em desenvolvimento de que seu modelo de desenvolvimento também seja sustentável, visto que o modelo de crescimento que conhecemos é climática e ambientalmente inviável.

Vemos como fundamental a criação de um Fundo de Adaptação (questionado pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial ou o Fundo Monetário), com valores críveis e necessários para que os países afetados enfrentem a crise e possam pagar o processo da transição justa. É indispensável o reconhecimento da dívida histórica e climática e que exista disposição para realizar a transferência de tecnologia apropriada para os países em desenvolvimento.

Diante desse quadro acreditamos que o sindicalismo internacional compartilha dessas preocupações e não apoiará um acordo que não esteja a altura da necessidade de nosso planeta e nossa sociedade.

Delegação sindical da CSA na COP 15
Copenhague, 16 de dezembro de 2009

Painel internacional da Confecom (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por Leonardo Severo e Alexandre Praça, de Brasília

“No mercado de comunicação não há mão invisível que garanta a diversidade de pensamento e a pluralidade”

“No mercado de comunicação não há mão invisível que garanta a diversidade de pensamento e a pluralidade”, afirmou Damian Miguel Loreti, da Faculdade de Ciências Sociais de Buenos Aires, assessor jurídico da Federação Argentina dos Trabalhadores de Imprensa e da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), palestrante do painel Internacional da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

Conforme Damian, a Comissão Interamericana (da Organização dos Estados Americanos) tem encarado a comunicação como um direito humano. “A concentração, os monopólios e oligopólios de mídia afetam a democracia porque restringem a liberdade de expressão e o direito à informação”, lembrou o professor, para quem “os Estados devem adotar mecanismos transparentes e democráticos a fim de garantir a igualdade de oportunidades”.

Entre os principais avanços da Lei argentina encontram-se a Desmonopolização, que fixa limites à formação de monopólios e oligopólios; a democratização e a universalização das novas tecnologias de informação e comunicação; cota de 60% de produção nacional na TV aberta e a criação de órgãos colegiados, como o Conselho Federal de Comunicação, cujos membros representarão as emissoras privadas, universitárias, os meios públicos e os trabalhadores de imprensa.

Avaliando a importância destas conquistas no país vizinho, Damian destacou como fundamentais os “mecanismos de controle social e de impedimento à monopolização, além da garantia da democratização de conteúdos”.

O momento é de aproveitar a digitalização, avalia, pois ela “oferece uma oportunidade de desconcentração e democratização da palavra e do conhecimento que é irreversível”. “A lei argentina teve muito cuidado em não contradizer os princípios do Sistema Interamericano. Até o relatório da ONU diz que está muito feliz com o nosso processo,

resultado da lei. A avaliação é que, quanto mais cresçam os meios, mais crescerá o pluralismo, possibilitando que as pessoas fiquem melhor informadas”, concluiu.

Convenção 156 da OIT (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por Luiz Carvalho

Norma que assegura igualdade de oportunidades para homens e mulheres vai a votação no Congresso Nacional

Mobilização vitoriosa A pressão dos trabalhadores e trabalhadoras cutistas finalmente deu resultado. Apesar da resistência da classe patronal, a Comissão Tripartite de Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e Emprego, formada por governo, três centrais sindicais – CUT, CTB e CGTB – e empresários aprovou na última sexta-feira, dia 11 de dezembro, a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A medida agora segue para a Câmara, depois para o Senado e posteriormente o Congresso Nacional decidirá sobre a ratificação.

Criada em 1981 pela OIT, a convenção garante a igualdade de oportunidades e de tratamento para os trabalhadores dos dois sexos com responsabilidades familiares. Entre outros pontos, define que homens e mulheres não podem ter o acesso negado ao emprego ou à promoção por terem filhos.

Primeiro passo contra a desigualdade

A ratificação da 156, uma luta histórica da CUT, é mais um instrumento no combate às distorções no ambiente profissional. Conforme destaca pesquisa do Dieese, divulgada em março de 2009, o rendimento médio por hora de trabalho das mulheres casadas com filhos é de R\$ 5,89, contra R\$ 6,91 daquelas sem filhos e R\$ 5,39 das solteiras sem filhos. A taxa de desemprego das que não possuem filhos (13,1%) também é menor do que a das que possuem (15,6%), comprovando a preferência dos empregadores por aquelas que não tenham de realizar a chamada dupla jornada.

Na prática, a equidade de oportunidades colaborará para estabelecer a divisão de responsabilidades familiares e, conseqüentemente, para que as mulheres tenham mais tempo e possam se dedicar à qualificação e ao descanso. A aprovação permitirá ainda avanços como a criação de projetos de lei complementares que tratem da igualdade salarial e da licença-maternidade.

Para a secretária da mulher trabalhadora da CUT, Rosane Silva, o envio da convenção ao Congresso é apenas o primeiro passo. “A luta pelo fim da discriminação contra a mulher é de toda a classe trabalhadora e não apenas das mulheres. Se realmente queremos uma sociedade mais justa e igualitária, devemos combinar a defesa de ações como a redução da jornada sem redução de salário com medidas que promovam a igualdade como a ratificação da 156 e a efetiva implementação da Convenção 100 da OIT, que trata da remuneração igual para trabalho de igual valor”, apontou.

Ela destacou, contudo, que a jornada será árdua. “Basta ver que durante todo o processo de discussão os empresários se colocaram contra essa e qualquer outra convenção porque acreditam que a OIT já passou dessa fase de ficar ditando parâmetros legais, conforme afirmaram”, ressaltou.

Licença maternidade: audiência com Dilma

Rosana disse ainda que em 2009 a Central intensificará o debate sobre igualdade de oportunidade na vida, no trabalho e no movimento sindical, tema de uma das campanhas que a CUT relançou no início de dezembro.

Também no início deste mês, a entidade solicitou à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, uma audiência para tratar da Lei 11.770, que aumenta a licença maternidade de 120 para 180 dias. Sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2008, a medida entra em vigor para a iniciativa privada em 2010 e oferece benefícios fiscais às empresas que aderirem à extensão. “Vamos conversar com a ministra porque desejamos que o maior número possível de trabalhadoras possam se beneficiar desta medida, por isso defendemos que o aumento da licença seja um benefício estendido à todas as trabalhadoras, e não apenas às empresas que optem por participar do Programa”, defende.

Mudanças climáticas (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por Diego Azzi, CSA

Evento da CSA em Copenhague defende criação da "economia para os povos"

O pavilhão do Mundo do Trabalho, na sede de LO Denmark, onde estão reunidos sindicalistas de todo o mundo, foi o cenário do painel “Justiça Social e climática: criando uma economia para os povos e o meio ambiente”, promovido pela Confederação Sindical dos Trabalhadores/as das Américas (CSA) no dia 15 de dezembro.

As principais questões propostas para reflexão tinham um olhar amplo, para além dos resultados imediatos da COP15 e buscavam estimular o debate sobre temas como: Quais são os elementos-chaves para o desenvolvimento sustentável nas regiões? Quem vai pagar a dívida social e climática? Como criar justiça social e climática? Foram convidados atores de diferentes áreas para compartilhar seus pontos de vista com contribuições para uma transição justa.

Cristián Méndez, representante da Plataforma Camponesa Boliviana, demarcou as diferentes concepções que têm latino-americanos e europeus sobre o modelo de desenvolvimento. “Nós somos camponeses, porém seguimos vivendo como povos originários, nunca saímos do nosso território. Muito nos tem afetado o modo de desenvolvimento capitalista sobre o nosso modo de vida, orientado para o bem viver em harmonia com a natureza. O camponês europeu tem uma concepção muito diferente da do sul”.

O secretário de Relações Internacionais da CUT Brasil, João Felício, recordou que hoje na América do Sul se vive um momento importante de consolidação democrática com governos progressistas, o que facilita as iniciativas de integração regional e desenvolvimento sustentável, em meio a um contexto de fortes disputas e interesses. “Devemos ter clareza sobre a disputa existente entre o agronegócio devastador (soja, etanol, pecuária) e a agricultura familiar geradora de emprego. No plano da segurança regional, não podemos tolerar as bases militares dos Estados Unidos na Colômbia”. Finalmente, Felício avaliou como importante a atuação da CSA em termos de unidade e coordenação de políticas sindicais na região.

Para a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), Joel Decaillon enfatizou as dificuldades em passar de um modelo de desenvolvimento sujo a um modelo limpo e renovável. “Uma questão-chave é combinar o combate às mudanças climáticas com a geração de emprego e seguridades social. Uma mudança radical no modelo econômico e industrial é necessário, porém aí se dá também a luta com o capital financeiro. Há urgência na criação de novas alianças sindicais com outros setores sociais e, ao mesmo tempo, de não permitirmos a competição entre os trabalhadores de uma mesma região, segundo a lógica perversa do dumping social. Devemos impulsionar a solidariedade”.

Receitas do velho imperialismo (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por Carlos Lopes, Hora do Povo

Obama recebe Nobel da paz exaltando guerras dos EUA

Sustentou que “a América nunca travou uma guerra contra uma democracia”, quando foram dezenas as democracias agredidas pelos EUA

No discurso de Obama, em Oslo, ao receber o prêmio Nobel da paz, foi muito peculiar a saudação aos “esforços de Ronald Reagan com relação ao controle de armas”.

Reagan promoveu a maior corrida armamentista, até então, da história. Multiplicou ogivas nucleares, enterrou bilhões de dólares num delírio apelidado de “Guerra nas Estrelas” (com a ideia de desfechar uma guerra nuclear contra a URSS sem sofrer retaliação) - e até mandou fabricar um encouraçado, categoria de belonave desaparecida, porque, numa guerra naval de hoje, seria apenas um belo alvo. Além disso, Reagan encheu de armas qualquer mercenário ou terrorista - na Nicarágua (US\$ 30 bilhões para assassinar 50 mil civis), em Angola, na Colômbia, na Guatemala, em El Salvador (75 mil civis assassinados) e no Camboja. Também invadiu o Líbano e Granada.

Entretanto, segundo Obama, “a América nunca travou uma guerra contra uma democracia”.

Os Estados Unidos agrediram dezenas, talvez centenas de democracias, e, precisamente, para instalar ditaduras no lugar, desde a Guatemala, do presidente Arbenz ao Irã, do primeiro-ministro Mossadegh; desde o Congo, do primeiro-ministro Patrice Lumumba, ao Brasil, do presidente Goulart; desde o Chile, do presidente Allende, à Indonésia, do presidente Sukarno, o Uruguai, a Argentina (mais de uma vez), a Bolívia (mais de várias vezes) – e a lista ainda está muito incompleta. Nem falamos da ditadura de Papa Doc Duvalier, sustentada pelos EUA no Haiti durante 14 anos.

Excetuando guerras internas, a única guerra em que os EUA entraram para defender a democracia foi a II Guerra Mundial, e graças ao grande presidente Franklin Delano Roosevelt.

A propósito, vejamos uma testemunha ocular, o general norte-americano Smedley Butler, o homem que organizou os marines, republicano, fuzileiro naval mais condecorado e o mais jovem militar a chegar a general na história dos EUA, duas vezes distinguido com a maior condecoração norte-americana, a “Medalha de Honra do Congresso”, patrono do campo de treinamento da corporação.

Em seu livro de 1935, “War Is a Racket”, o general Smedley Butler escreveu:

“A guerra é uma fraude. Nenhum país jamais declarou alguma vez uma guerra contra nós, antes de que nós o obrigássemos a fazê-lo. A nossa história inteira demonstra que nós nunca lutamos uma guerra defensiva. Em 1914, eu ajudei a fazer com que o México, e especialmente Tampico, fosse seguro para os interesses petrolíferos americanos. Eu ajudei a fazer com que o Haiti e Cuba fossem um lugar decente para que os rapazes do National City Bank colhessem seus lucros. Eu ajudei a esturpar meia dúzia de repúblicas da América Central em benefício de Wall Street. O registro de fraudes é longo. Eu ajudei a purificar a Nicarágua para a casa bancária internacional Brown Brothers, em 1909-1912. Eu trouxe luz para os interesses açucareiros americanos na República Dominicana em 1916. Eu ajudei a fazer de Honduras um país “certo” para as companhias americanas de frutas em 1903. Na China, em 1927, eu ajudei a Standard Oil para que seu caminho não fosse molestado... Eu poderia ter dado a Al Capone algumas dicas. O melhor que ele podia fazer era operar sua fraude em três distritos da cidade. Nós, marines, operamos em três continentes.... A nossa bravura contra os índios, os filipinos, os mexicanos, e contra a Espanha, estão no mesmo nível das campanhas de Gengis Khan, dos japoneses na Manchúria e do ataque de Mussolini na África”.

Mas, segundo Obama, isto é porque os EUA “vêm ajudando a subvencionar a segurança global há mais de seis décadas com o sangue de nossos cidadãos e a força de nossas armas. O serviço e o sacrifício de nossos homens e mulheres uniformizados vêm promovendo a paz e a prosperidade (...) e permitiu que a democracia deitasse raízes [em outros países]”.

Ele poderia ter acrescentado que os EUA também preservaram raízes democráticas já existentes: por exemplo, sustentaram Franco na Espanha e Salazar em Portugal, depois que Hitler e Mussolini levaram a breca.

E, também, segundo ele, “a América sempre será uma voz das aspirações que são universais”.

O general Smedley Butler já esclareceu este ponto e o universo dispensa tal porta-voz. Mas “América” é o nome do continente. Os EUA não anexaram os outros países - melhor que cuidem de sua própria falência. Mas aí está a questão.

Obama tem se submetido à política dos monopólios – sobretudo os bancos – para sair da crise. Essa política é a de descarregar nos outros países um Everest de dólares sem lastro, resultantes de uma colossal emissão de trilhões de dólares – 14 trilhões até março, 18 até maio e, segundo cálculos da própria autoridade encarregada de fiscalizar o subsídio aos bancos, o inspetor-geral especial Neil Barofsky, teria atingido US\$ 23,7 trilhões em junho.

Assim, com essa descarga, bancos e outros especuladores norte-americanos sobrevalorizam as outras moedas, travam as exportações dos outros países, forçam importações, e fazem aquisições a torto e a direito. Em suma, pilham o mundo. Depois de assinar embaixo dessa guerra, não é surpreendente que Obama vá defender a guerra, isto é, a agressão dos EUA a eles, enquanto recebe o prêmio Nobel da paz.

Os EUA saíram de crises anteriores através da guerra e de transformar a indústria bélica no principal setor de sua economia. O orçamento militar enviado ao Congresso por Obama, para o ano que vem, é o maior orçamento militar de toda a História – US\$ 680 bilhões. Enquanto isso, milhões de trabalhadores norte-americanos e suas famílias se desesperam no desemprego, despejo e fome. Obama, que se diz seguidor de Martin Luther King (e de Gandhi!), afirmou que “como chefe de um Estado que fez um juramento de proteger e defender meu país, não posso me deixar guiar unicamente pelos exemplos deles”, e se reserva o direito de declarar guerra “unilateralmente” para, supostamente, defender os EUA.

Martin Luther King realmente protegeu e defendeu o seu país, e não precisou ser chefe de Estado para isso. Foi ele que advertiu: “uma nação que gasta mais dinheiro em armamento militar do que em programas sociais está caminhando para a morte espiritual”. Na situação atual, está caminhando para a morte, pura e simples. Porém, como também disse Martin Luther King, “pessoas oprimidas não podem permanecer oprimidas para sempre”.

Em Oslo, Obama disse que “a opressão sempre conviverá conosco”, e, ainda, que “podemos admitir a incorrigibilidade da pobreza”.

As más companhias podem desencaminhar até boas pessoas. Porém, o problema é aquele, também lembrado por Martin Luther King: “Ninguém montará em cima de nós se não nos curvamos”.

Apesar das milhares de ogivas nucleares dos EUA, Obama acha que problema para a paz é o Irã, que nunca teve bomba atômica alguma, ou a Coreia Popular, que desenvolve um programa estritamente defensivo – e não são países agressivos, mas países ameaçados pelos EUA.

Portanto, só é possível rir quando ele, nitidamente respondendo ao presidente Lula, que muito justamente observou que para ter moral de cobrar que outros não tenham armas nucleares, antes de tudo é preciso não ter armas nucleares, fala que o mundo não pode ficar cego diante do “perigo de uma corrida armamentista no Oriente Médio ou no leste da Ásia”. Só se a “América” mudou de lugar.

Mais divertido ainda foi a condenação de Obama às guerras santas e ao fanatismo religioso. Como se a doutrina imperialista dos EUA não fosse, há dois séculos, pelo menos, a do “destino manifesto” que Deus lhe teria reservado.

Voltando a Martin Luther King: “nada no mundo é mais perigoso que a ignorância sincera e a estupidez conscienciosa”. Pois é.

Proposta patronal (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por FUP

FUP prepara resposta à Petrobrás sobre adiantamento da PLR 2009

Em reunião com a FUP nesta quarta-feira, 16, a Petrobrás apresentou sua proposta de adiantamento do pagamento da PLR 2009. A empresa propõe uma antecipação de aproximadamente 35% do valor que foi pago pela PLR 2008. O cálculo apresentado para o adiantamento leva em consideração a redução do lucro no Sistema Petrobrás no primeiro semestre de 2009, comparativamente ao mesmo período de 2008, assim como o aumento do efetivo ocorrido entre agosto de 2008 e agosto de 2009.

A forma de distribuição apresentada pela Petrobrás é a mesma que foi aplicada para o pagamento da PLR 2008. O piso proposto é de R\$ 6.082,38 para os trabalhadores situados até o nível 457-A. A data de pagamento é a partir do dia 11 de janeiro de 2010.

A proposta será seguida pela Transpetro, Refap e BR Distribuidora. A TBG, Petroquisa e termoelétricas não confirmaram ainda se irão acompanhar a mesma proposta de adiantamento da PLR. A direção da FUP está reunida no Rio de Janeiro, avaliando a proposta da Petrobrás, para definir o indicativo a ser dado à categoria.

Em relação ao regramento das PLRs futuras, a Petrobrás se compromete a consolidar até março de 2010 a sua proposta em relação aos pontos que foram apresentados pela FUP no grupo de trabalho paritário.

Nesta quinta (17) (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Novo presidente da Mercedes-Benz no Brasil visita Sindicato dos Metalúrgicos

O presidente da Mercedes-Benz no Brasil, o alemão Jürgen Ziegler, e o presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Jackson Schneider, visitam a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nesta quinta-feira (17/12), às 12h30. Ziegler e Schneider serão recebidos pelo presidente do SMABC, Sérgio Nobre, e pela coordenação do CSE (Comitê Sindical de Empresa) da planta da montadora em São Bernardo do Campo.

A visita inédita foi solicitada por Jürgen Ziegler (que assumiu o cargo em 1º de novembro) e revela o reconhecimento de que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é um importante ator para a economia brasileira e teve papel de destaque na superação da crise internacional e retomada do crescimento do País. Nobre, Ziegler e Schneider vão falar sobre os investimentos da montadora no País e em São Bernardo. É a primeira vez que um presidente de montadora visita a sede dos Metalúrgicos do ABC nos últimos 20 anos.

Antes de assumir o cargo no Brasil, Ziegler ocupava o mesmo posto na Turquia. O executivo tem 50 anos e ingressou na Daimler em 1977, como chefe industrial na linha de montagem de Sindelfingen, na Alemanha. Em 1995, foi transferido para o comando da Mercedes na Índia, onde ficou até 2002. Em seguida, chefiou as áreas de Portfólio Global

e as alianças da marca da Ásia. Seu currículo ainda inclui a liderança de um projeto de joint venture para produção de automóveis na China antes de assumir a direção da fabricante na Turquia em 2005.

Durante a Fenatran 2009, Ziegler afirmou que estava animado pela oportunidade de assumir o comando da Mercedes-Benz do Brasil. “É emocionante chegar ao Brasil no momento em que as perspectivas do PIB em 2010 estão reafirmando o grande potencial de crescimento deste país e sua importante posição como membro do Bric (Brasil, Rússia, China e Índia)”, declarou à época do evento.

Segundo Ziegler tem declarado, o mercado automotivo brasileiro está mostrando um grande desempenho no momento de difícil situação econômica mundial. “Depois de um primeiro trimestre difícil no Brasil, houve uma forte recuperação neste ano e 2010 parece que será ainda mais promissor”, acredita o executivo.

Com os resultados esperados em 2009 e 2010, afirmou Ziegler, os negócios brasileiros e latino-americanos contribuirão fortemente para o desempenho global do grupo Daimler. “O Brasil é, portanto, um dos países dentro do grupo Daimler onde certamente estão previstos novos investimentos em produtos, processos e capacidade de produção”, completou. “Olhando para o portfólio de excelentes produtos, a fidelidade de nossos clientes e conhecendo a capacidade da nossa equipe da Mercedes-Benz do Brasil, sinto-me confortável para conduzir a empresa para um futuro brilhante. Tendo trabalhado em posições de liderança do setor automotivo na Índia, China e Turquia, estou ansioso para contribuir com minha experiência adquirida nestes mercados.

Crise? (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por Agência Brasil

Número de empregos criados em novembro é recorde para o período

No mês de novembro o país gerou 246.695 postos de trabalho formal, o que representa um recorde para o mês. No ano, o país acumula a criação de 1.410.302 vagas. Em novembro foram admitidos 1.413.043 trabalhadores e demitidos 1.166.348.

O comércio (1,61%), os serviços (0,66%) e as indústrias de transformação (0,53%), de construção civil (0,83%), e extrativa mineral (0,35%) foram os setores que mais geraram emprego no período.

A agricultura foi o único setor que apresentou queda do emprego no período, em função da entressafra. Foram demitidos 16.628 trabalhadores, o que representa -0,99% do total de mão de obra empregada.

Os dados constam do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, divulgado hoje (16).

Sorocaba (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região

Trabalhadores da Breda aprovam acordo que garante emprego para todos

Os trabalhadores da empresa Breda Sorocaba, reunidos hoje (15.12) em assembleias na sede do Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região, aprovaram por unanimidade acordo que garante o emprego de todos os 259 trabalhadores nas empresas emergenciais Viação Cometa, Viação São João e Viação Piracema e o cumprimento pelas mesmas do Acordo Coletivo da categoria.

“Desde o início da semana passada, o Sindicato esteve reunido com as empresas emergenciais com o intuito de chegar a um acordo que resolvesse de uma vez por todas a questão dos trabalhadores da Breda Sorocaba. Após muita discussão, chegamos a essa proposta que foi aprovada por unanimidade. Agora, a questão trabalhista não é mais o entrave para a substituição da Breda Sorocaba”, afirmou o presidente do Sindicato dos Rodoviários, Paulo João Estausia.

O número de trabalhadores que serão contratados por cada uma das empresas emergenciais seguirá a proporção da divisão das linhas determinadas pela Artesp – Agência Reguladora do Transporte do Estado de São Paulo. A Viação Cometa ficará com 56 trabalhadores (27%) e as empresas Viação São João e Viação Piracema com 168 (73%).

Os 35 trabalhadores que estão afastados por doença também estão com os empregos garantidos. Assim que receberem alta da Previdência Social serão admitidos pelas empresas.

Início da transição

O início da operação das empresas emergenciais depende agora de pendências jurídicas que devem ser resolvidas entre a Artesp e a empresa Breda Sorocaba.

“Se depender das questões trabalhistas, a transição pode começar ainda nesta semana”, afirmou Paulinho.

A assembleia da manhã que estava prevista para começar às 10h foi suspensa e transferida para 14h porque os empresários entraram em contato com o Sindicato e uma nova rodada de negociação teve início. A assembleia da noite começou às 20h e terminou às 22h. Em ambas, o acordo foi aprovado por unanimidade.

Sindicalismo ou jornalismo domado? (CUT Nacional) 16/12/09

Escrito por José Carlos Nunes Presidente da CUT/ES

Sindicalismo ou imprensa domada?

A revista IstoÉ do dia 09/12/09 traz em seu interior uma matéria que temo como título “Sindicalismo domado” e que atribui à CUT uma suposta falta de representatividade junto a trabalhadores e sindicalistas, alegando ainda que a Central está atrelada ao governo, o que coloca em cheque a sua autonomia e independência. A mesma matéria, no entanto, cita a CUT como a maior e mais representativa central sindical do Brasil, com números que contradizem o teor do que está publicado.

A Central Única dos Trabalhadores é dona de uma história que muito orgulha os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Nós nascemos sob o regime ditatorial, e fomos às ruas lutar por democracia e por direitos políticos para o nosso povo. Com o fim da ditadura nos vimos no meio de uma batalha feroz contra as políticas neoliberais que varreram o mundo e geraram milhões de desempregados, além de entregar de mão de beijada o patrimônio de nações inteiras para grupos privados. A globalização trouxe consigo o mercado de capitais como grande comandante de políticas de governos subservientes, que nunca levaram em conta os interesses da classe trabalhadora na hora de suas decisões.

Nesse contexto todo de luta, a CUT apostou suas fichas na eleição de um brasileiro nascido no meio sindical. O Partido dos Trabalhadores apresentou ao povo brasileiro um sindicalista, metalúrgico, operário e trabalhador assalariado para comandar os destinos desse país tão desigual. Após muita resistência alimentada pelas elites desse país, o companheiro Lula foi eleito presidente do Brasil. E por isso, pelo fato de termos um companheiro na presidência da república, somos chamados de sindicalistas domados.

Ora, os editorialistas e repórteres de IstoÉ cobrem a capital federal cotidianamente. E eles vêem a CUT nas ruas da capital. Como vêem nossos sindicalistas pressionando deputados e senadores para que aprovem leis que beneficiem a classe trabalhadora. Eles estavam em Brasília e viram as 6 marchas nacionais e tantas outras que fizemos com multidões nas ruas da cidade. E nunca publicaram uma linha sequer. Nunca, assim como toda a grande imprensa, trataram como notícia o fato de milhares de pessoas estarem nas ruas reivindicando de forma justa e democrática que o presidente que elegeram, atenda os anseios da classe à qual ele pertence.

Utilizo hoje esse espaço para dizer à direção da IstoÉ que “domada” é nossa imprensa. Domada pelo capital e pelo desejo louco de não deixar continuar o projeto de nação iniciado nos dois mandatos do presidente Lula. E seus domadores definem suas pautas de forma que ela se preste ao papel de conselheira da direita e é feroz opositora das forças de esquerda.

José Carlos Nunes

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:

imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

SINERGIA SINERGIA SINERGIA SINERGIA

Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo